

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2021**: Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, por videoconferência, ao abrigo do número 3 do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, na sua atual redação, sob a Presidência de **Joaquim Jorge Ferreira**, Presidente do mesmo, e a participação dos seguintes Vereadores: **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Manuel Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva**. =====

===== Secretariou a presente reunião a Coordenadora Técnica, **Maria Augusta Silva Correia**. =====

===== O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 9h e 34m, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início ao período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos, cumprimentar também todos os Oliveirenses que nos acompanham a partir das suas casas. Vamos dar início à nossa reunião e começo por dar alguma informação sobre os dados Covid no nosso concelho: Hoje, temos no nosso concelho 6 324 casos positivos. Dar nota que o  $R(t)$  nacional está nos 0.99 e o  $R(t)$  no continente está no 1. A incidência nacional está nos 70.04 casos por 100 000 habitantes e a incidência no continente está nos 67.3 casos por 100 000 habitantes. No caso do concelho de Oliveira de Azeméis, temos nos últimos 14 dias cerca de 53 casos por 100 000 habitantes, ou seja, estamos no segundo intervalo de incidência dos sete níveis de incidência que existem. Estamos no intervalo entre os 20 e os 59.9 casos por 100 000 habitantes. Dar-vos também nota sobre os últimos dados disponíveis no Centro Hospital de Entre o Douro e Vouga: A situação, em termos de internamentos Covid, é uma situação estável. Temos neste momento 9 doentes internados, apenas um deles está em cuidados intensivos e destes internados, um cidadão é residente em Oliveira de Azeméis, mas está internado a receber cuidados de enfermaria. Em termos de vacinação, já tive oportunidade de dar esta informação, mas repito-a, nós não temos neste momento casos de idosos com mais de 80 anos que não foram vacinados, o que não quer dizer que não exista um ou outro caso, mas serão naturalmente exceções e portanto, podemos concluir que a vacinação desta faixa etária encontra-se perto dos 100%. Encontra-se mesmo concluída. Naturalmente, excepcionando aqueles seniores com mais de 80 anos que decidiram não querer ser vacinados. Neste momento, como sabem, estamos com uma faixa etária abaixo desta, portanto, entre os 70 e os 79 anos. Continuamos a assegurar transporte a quem manifeste dificuldade para o Centro de Vacinação por não ter

*retaguarda familiar. O Centro de Vacinação esta semana está a funcionar todos os dias. Às segundas, quintas e sextas, das 08:30h às 13:00h e das 14:00h às 18:30h; às terças das 08:30h às 19:00h. Ontem funcionou das 08:30h às 18:30h e esperamos no próximo sábado e domingo, funcionar das 08:30h da manhã às 19:00h. Disponibilizamos também um recurso humano que foi solicitado para colaborar com os ACES para estabelecer contactos no âmbito do plano de vacinação. Se for necessário reforçarmos com mais recursos humanos para agilizar o processo de contacto, pois naturalmente estamos disponíveis para o fazer. Conforme tive oportunidade e uma boa parte de vocês estiveram presentes na Assembleia Municipal, senão todos, nós tínhamos nesse momento, até 18/04, cerca de 11 000 vacinas administradas no nosso Centro de Vacinação. Tínhamos 7 884 utentes com a primeira dose e um pouco mais de 1 500 utentes com as duas doses completas. Tínhamos cerca de 9 400 utentes com vacinas inoculadas. Se somarmos a estes utentes, 93 bombeiros, 144 elementos da GNR e perto de 1 400 professores, e elementos da comunidade educativa, pessoal auxiliar, etc., gente também das IPSS's, andaremos perto das 11 000 vacinas administradas, um pouco acima destas 11 000 vacinas. Claro que estes dados estão neste momento desatualizados, porque tivemos uma semana de vacinação, serão dados francamente superiores, porque neste momento o ritmo de vacinação está a aumentar todos os dias. O que quer dizer que teríamos há uma semana atrás, cerca de 15% da nossa população com pelo menos uma dose da vacina inoculada. Dizer-vos também que para atingirmos a meta de 70% de pessoas vacinadas até ao final do verão, nós temos capacidade instalada se tivermos naturalmente o Centro de Vacinação a funcionar todos os dias e eventualmente em períodos de maior pico, de maior intensidade, de maior disponibilidade de vacinas, alargando eventualmente estes horários de vacinação que acabei de vos referir. Dar também nota que o ADR de Oliveira de Azeméis é o único que está a funcionar em todo o ACES durante a semana das 08:00h às 14:00h, apenas no período da manhã. Aos fins-de-semana o atendimento é assegurado pelo município de Vale de Cambra. Em relação ao ponto de situação nas nossas IPSS's, não há nenhuma situação particularmente complexa a assinalar, não temos nada de especial. Temos sim, dois casos que se prendem com duas IPSS's que precisavam de reabertura da resposta social de centro de dia e ainda não tem autorização da Autoridade de Saúde, ou da própria Segurança Social. Nós estamos a acompanhar esta situação com os responsáveis destas IPSS's para que o mais rapidamente que seja possível, estas respostas possam ser reabertas porque naturalmente acarretam, não só consequências graves para o bem-estar dos utentes, mas também trazem naturalmente complicações ao nível da sustentabilidade das próprias entidades. Portanto, para além desta questão da saúde e do bem-estar dos próprios utentes, há também a questão importante da sustentabilidade destas instituições que sofreram durante todo este período e continuam a sofrer um duro revés e portanto, precisam o mais rapidamente que for possível de ter estas respostas a funcionarem em pleno. Há dois casos que nós estamos a acompanhar e que esperamos muito rapidamente que obtenham luz verde para reabrirem, porque naturalmente as entidades não querem reabrir estas respostas sem a devida autorização. Dar-vos também nota que uma instituição do concelho, a Cerciaz, julgo mesmo que terá programado para hoje, 29 de abril, a*

*vacinação dos utentes do C.A.O (Centro de Atividades Ocupacionais). E portanto, era isto que eu tinha para vos dizer em termos das IPSS's. Em termos da Educação, o regresso às aulas processou-se com normalidade para os alunos do secundário, houve uma ou outra situação de transportes de alunos para resolver no primeiro dia, mas enfim, foram resolvidas e tudo tem corrido conforme estava previsto. A testagem também está a funcionar. A testagem dos alunos está a ser feita pela Cruz Vermelha Portuguesa, está a funcionar, quer para os alunos, quer para os profissionais e para os próprios funcionários que regressaram aquando do arranque do secundário. Está a funcionar também com toda a normalidade. Como sabem, a partir de 3 de maio teremos uma última fase de desconfinamento, uma nova fase onde teremos - até ao desconfinamento total -, restaurantes, cafés e pastelarias, com o máximo de 6 ou 10 pessoas consoante estejamos a falar de mesas no interior ou nas esplanadas, a funcionar sem o limite que vigorou até hoje em termos de horários. Temos as modalidades desportivas a poderem funcionar em pleno, a atividade física ao ar livre e também os ginásios a poderem funcionar. Os grandes eventos também, quer sejam indoor, quer sejam de exterior com diminuição da lotação, da capacidade dos espaços. Os casamentos, batizados, comunhões... em vez dos 25% de lotação que era a limitação anterior, passam a poder ter uma lotação de 50% da capacidade do espaço. Como sabem, o estado de emergência termina às 23:59h de amanhã. E, como sabem, desde o princípio desta pandemia, desde de 18 de março do ano passado, tivemos 15 estados de emergência e portanto, vemos finalmente chegados ao fim as renovações sucessivas de estados de emergência que trouxeram sempre consigo um conjunto de medidas que restringiam a nossa liberdade, a nossa capacidade de mobilidade e deslocação e naturalmente, também de atividade económica e social. Dar-vos também nota que em termos dos computadores distribuídos pelo Estado às escolas, a situação normalizou. Temos várias centenas, milhares de computadores a serem distribuídos pelos nossos agrupamentos de escolas. Todos os agrupamentos de escolas receberam várias centenas de computadores. Um número muito perto dos 500 computadores com exceção talvez de Loureiro que terá recebido um número abaixo, mas todas as outras direções de agrupamentos receberam cerca de 500 computadores. Apresentar em nome de todo o executivo, um voto de louvor à atleta Eva Gonçalves que foi Campeã Nacional do Lançamento do Disco com uma marca de 42,08 metros. Dar também os parabéns a outros atletas do NAC que tiveram excelentes resultados e vários pódios também. Apresentar um voto de pesar em nome de todo o executivo pelo falecimento do empresário António Silva. Já tivemos oportunidade de participar no voto de pesar que foi apresentado na última Assembleia Municipal, na passada sexta-feira, mas renovar aqui esse voto de pesar porque efetivamente estamos a falar, para além de um empresário de grande sucesso, de um ser humano com excelentes qualidades humanas, uma pessoa de grande dignidade que naturalmente é um orgulho e uma referência em toda a comunidade Oliveirense e naturalmente, é com muita tristeza que assistimos à sua partida. Endereçamos à sua família, amigos e a toda comunidade da Iplaz – empresa da qual era fundador – o nosso voto de pesar e os nossos sentidos pêsames. Dizer-vos também, em termos da atividade municipal, que as obras na zona industrial de Oliveira de Azeméis que tinha ficado deserta num primeiro concurso, tem*

*neste momento um concorrente vencedor. Está em fase de audiência prévia, mas julgo que teremos condições para termos muito rapidamente esta obra no terreno. Em relação ao albergue de peregrinos, uma obra como sabem, uma candidatura à ADRITEM, está neste momento em fase de ser lançada a concurso. Ainda esta semana, ou no início da próxima semana e esperamos também que tenhamos concorrentes interessados em proceder à requalificação da Estação de Cucujães porque seria muito importante que aquele edifício que está profundamente degradado, numa zona importante, pudesse ser requalificado para poder disponibilizar uma resposta também muito importante, que é um albergue para os nossos peregrinos. A Escola de Artes e Ofícios, o edifício onde funcionou a antiga Escola Superior de Enfermagem, as obras arrancam garantidamente no final deste mês, ou no início de maio. Julgo que hoje ou amanhã teremos o empreiteiro a instalar equipamentos, se é que já não o está a fazer no local, para que as obras se possam iniciar. Julgo que também faz todo o sentido assinalarmos aqui o 25 de Abril. Cada vez mais uma data distante, mas uma data que tem que estar bem presente naquilo que é a nossa vivência diária, sobretudo num momento onde nós nos sentimos privados da nossa liberdade e sobretudo, num momento onde importa continuar a afirmar os valores de 'Abril', porque efetivamente a nossa democracia é uma democracia cada vez mais amadurecida, cada vez mais robusta. Mas é um facto que temos ainda muitos problemas para resolver, muitos problemas que a nossa democracia ainda não conseguiu resolver, muitas espetativas dos nossos cidadãos que não foram atingidas e portanto, esse trabalho de afirmação de 'Abril', é um trabalho que tem que ser feito todos os dias. É um trabalho que nós, aqueles que tiveram oportunidade de viver 'Abril' porque já eram nascidos nessa altura e, efetivamente, começamos cada vez mais a ter portugueses que nasceram depois do 25 de Abril, temos a obrigação de sublinhar a importância que o 25 de Abril teve para as nossas vidas. Efetivamente temos um país antes do 25 de Abril e temos um país completamente diferente depois do 25 de Abril. E aqui queria sublinhar a importância dos partidos políticos em todo este processo de construção da nossa democracia. Os partidos que tantas vezes são hostilizados, mas que desempenharam um papel absolutamente extraordinário em todo este processo, para além naturalmente de todas as outras entidades e instituições das quais as Câmaras Municipais são sem dúvida também um player importantíssimo no processo de resposta às necessidades das populações e, naturalmente, no processo da afirmação do Portugal Democrático. Dar-vos também nota da visita do Secretário de Estado da Internacionalização, Dr. Eurico Brillhante Dias, a uma empresa do nosso concelho, a 'Polisport'. Como sabem é um fabricante, líder mundial no fabrico de componentes para motociclos e para veículos de duas rodas, velocípedes. Uma empresa que tem tido um crescimento exponencial, uma empresa que inova nos seus processos produtivos e nos seus produtos, uma empresa que compete em mercados muito difíceis, altamente competitivos e que tem clientes de referência mundial. Portanto, esta visita do Secretário de Estado foi muito importante porque permitiu perceber de que forma é que o nosso tecido económico se está a preparar para este quadro que podemos designar de pós-pandémico, embora isto seja demasiado arrojado, dados os números que ainda temos não só em Portugal, mas sobretudo em outras economias das quais dependemos. Mas efetivamente um sinal importante que*

*a Tutela dá à importância que as empresas, que os empresários, que o tecido económico tem no desenvolvimento que nós precisamos e na recuperação da economia que vai ter que se verificar nos próximos anos. Portanto, esta sinalização, esta importância ao papel que os empresários vão ser mais uma vez chamados a desempenhar, é muito importante. Estamos a falar de uma empresa onde a gestão, é uma gestão muito competente, uma gestão altamente inovadora e portanto, uma empresa que é uma referência, um orgulho para Oliveira de Azeméis e também para o país. Sinalizar aqui esta aproximação e esta referência que é dada ao nosso tecido económico, aos nossos empresários. Eram estas as notas que eu tinha para vos dar. Agora, naturalmente coloque-me ao vosso dispor para as questões que queiram colocar.” =====*

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador José Campos** que fez a seguinte intervenção: “Antes de mais, muito bom dia a todos. Gostaria de começar por dizer que nos associamos aos votos tanto de louvor, como de pesar que o Senhor Presidente e muito bem, em nome de todo o executivo fez na sua primeira intervenção. Gostaria de realçar a referência que fez aqui às celebrações do 25 de Abril. Muito justa. E de facto, eu já faço parte daquela geração que nasceu no pós 25 de Abril e francamente queria reforçar aqui as palavras do Senhor Presidente, no sentido de cada vez mais darmos importância a celebrar Abril, porque esta geração que nasceu no pós 25 de Abril de 1974, só viveu esta realidade e tem a democracia como um facto adquirido. Não faz a menor ideia, não faço a menor ideia, só por relatos dos meus pais e de pessoas que viveram o 25 de Abril e antes do 25 de Abril, é que têm noção de como eram os tempos e das transformações positivas. Obviamente que nem tudo é perfeito no nosso sistema democrático, como o Senhor Presidente diz e muito bem, nem tudo é perfeito nos partidos políticos, mas muitas vezes é muito fácil denegrirmos a imagem dos partidos políticos e dizermos que na política só há malfeitores. Não é verdade. Felizmente na política e em todos os partidos políticos, há muito mais gente boa do que gente não tão boa e portanto, realçar isso mesmo e realçar que temos todos que continuar diariamente a contribuir para lembrar ‘Abril’, os valores da liberdade e democracia de ‘Abril’. Os meus parabéns por ter feito também essa invocação. Eu queria aqui trazer um assunto que o Senhor Presidente já abordou na última reunião de Câmara e, inclusive, também na última Assembleia Municipal, relativamente ao mercado municipal. O Senhor Presidente informou-nos que provisoriamente e enquanto decorressem as obras de requalificação do mercado atual, este iria passar a funcionar no parque de estacionamento subterrâneo do Intermarché. E nós, sabendo que sendo uma solução provisória, é natural que vá gerar sempre transtorno e levantar sempre algumas questões. O Senhor Presidente justificou na última reunião de Câmara que não poderia ser na Praça Abílio Campos. Disse-nos que foram equacionados outros locais, mas que por uma questão de rapidez e viabilidade, sobretudo isso, esta solução provisória era a que mais se adequava. Eu repito Senhor Presidente, nós sabemos que naturalmente sendo uma situação provisória, vamos ter, se calhar, que contar que durante este período de funcionamento do mercado provisório, este não tenha o mesmo impacto para a economia local - é natural - que tem hoje em dia. Mas a mim preocupa-me sinceramente a falta*

*de centralidade do local escolhido. Por exemplo, alguém que viva no nordeste do concelho para se deslocar ao mercado provisório, vai ter que atravessar a cidade toda e penso que não estou enganado ao afirmar também que não há para estas pessoas nenhum transporte coletivo direto até lá, por exemplo. Também em termos de sinergias que atualmente acontecem com o funcionamento do mercado para os restantes comerciantes do centro da cidade, efetivamente também beneficiam com o funcionamento do mercado, elas pelo menos provisoriamente, vão aqui deixar de existir e quem no fundo vai beneficiar com estas sinergias, vai acabar por ser o Intermarché. Isto preocupa-me. Mas a nós, preocupa-nos ainda mais as angústias que alguns comerciantes do mercado já nos têm feito chegar, a nós Vereadores da oposição. Desde logo o facto de não terem sido ouvidos sobre esta solução que foi encontrada e de terem ficado a saber da mesma apenas através da comunicação social. Eu gostaria que o Senhor Presidente nos confirmasse se foi efetivamente assim. Ou seja, se os operadores do mercado foram ou não consultados, ouvidos sobre esta solução. O Senhor Presidente na última reunião informou-nos que agora iria falar com estes comerciantes, que agora iria – depois da decisão estar tomada – falar coma Associação Comercial... Mas eu pergunto: Agora que a decisão está tomada, não será já tarde? A questão que se coloca é: Que tipo de contributos, no encontrar de uma solução, mesmo que provisória, podem agora estes agentes dar, uma vez que a decisão já está tomada? E gostaria também que nos explicasse quais é que são os contornos do acordo que foi estabelecido, ou que vai ser estabelecido com o Intermarché, as principais linhas no âmbito desta cedência do espaço por parte desta superfície. A questão que também queria colocar, se não estou em erro Senhor Presidente, as obras de requalificação do futuro mercado, ou do centro coordenador de transportes – como se lhe queira chamar -, estão previstas iniciarem-se agora em junho. Nós estamos praticamente em maio, ou seja, falta aqui um mês, e na realidade, de concreto, ainda não sabemos como e quando é que esta mudança vai acontecer. Gostaria de saber se nos poderia adiantar o que é que vai acontecer efetivamente em maio. O que é que está previsto? Até para que consumidores e sobretudo comerciantes possam começar a orientar a sua vida. Portanto, no fundo Senhor Presidente, quando é que o mercado municipal, de forma provisória, vai começar a funcionar no parque de estacionamento do Intermarché. Ainda no âmbito deste tema, na última reunião, o Senhor Presidente deixou claro que terminadas as obras de requalificação e havendo novamente uma mudança do espaço provisório para o mercado definitivo, que todas as atuais concessões são colocadas em causa e que se abrirá um novo processo de concessões. O mercado vai estar mais vocacionado para os produtos frescos, para os legumes, para as frutas, para o peixe, para a carne e que em princípio, não haveria lugar neste novo mercado para outro tipo de comércio, nomeadamente, os sapatos, os tachos, as roupas... Que eventualmente está a ser pensada uma solução que passaria por uma feira semanal, ou bissemanal, mas na realidade, neste momento, isso não passará – digo eu - de um processo de intenções, de uma possibilidade. E isto também tem causado grande angústia aos comerciantes que neste momento ficam sem perceber se vão ter lugar ou não no futuro mercado definitivo. Uma parte deles, nomeadamente aqueles que têm produtos que não passam pelos alimentos, ficaram já com a sensação de que serão*

*excluídos do futuro mercado municipal. Portanto, neste momento não sabem – já nos fizeram chegar essas angústias – de que forma é que poderão continuar a vender, como e quando. Portanto, a última questão que eu queria deixar no âmbito deste assunto era: Que garantias é que neste momento o Senhor Presidente pode dar ou deixar àqueles comerciantes que não vão ter lugar no futuro mercado municipal? Era só Senhor Presidente.” =====*

*===== Seguidamente, usou da palavra a **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** que fez a seguinte intervenção: “Muito bom dia a todos e a todas. Senhor Presidente: Em relação às notas iniciais do Senhor Presidente, dizer apenas que estamos a terminar um período de emergência e estamos a sair deste ano ‘horribilis’ que vivemos, mas não estamos a regressar à normalidade. Não vamos regressar à normalidade. Portanto, é preciso olhar para todos os setores da nossa atividade, porque os impactos ainda se vão verificar durante os próximos tempos e se calhar, de forma até mais gravosa quando terminarem as moratórias dos empresários, dos comerciantes e portanto, mais do que respirar de alívio em relação a estarmos de alguma forma a ultrapassar a doença, temos agora que virar as nossas atenções para a recuperação da nossa sociedade, para a recuperação social, para a recuperação da saúde, para a recuperação da economia e portanto, o executivo camarário, a autarquia, também tem um papel fundamental nessa recuperação. Em relação ao 25 de Abril, corroborar o que já foi dito e apenas lembrar aqui o excelente concerto que a Banda de Música do Pinheiro da Bemposta nos deu no 25 de Abril, que excelente forma de comemorar a liberdade, com música e com palavras. Os meus parabéns à Banda de Música do Pinheiro da Bemposta e os parabéns também à Senhora Vereadora Ana de Jesus por se ter lembrado de comemorar desta forma tão bonita o 25 de Abril. Foi de facto um momento extraordinário e soube bem o regressar a uma sala de espetáculos. Assim como soube bem a esta Banda regressar ao palco, que seja um sinal de que iremos todos regressar e que iremos todos sair mais reforçados e melhores de todo este período difícil que atravessamos. Senhor Presidente: O assunto que trago aqui é ainda a propósito das medidas de apoio ao comércio local. Ainda a propósito destas dificuldades que acabei de falar não só de todos os setores, mas em específico deste setor de atividade e a propósito deste aliviar progressivo das medidas, como o Senhor Presidente disse, estamos a terminar o período de emergência e portanto, estão os negócios, o comércio, os restaurantes a abrir progressivamente e então nós fomos ouvir a Associação Comercial de Oliveira de Azeméis. Nós, se queremos de facto olhar para este setor de atividade e se estamos verdadeiramente preocupados com este setor de atividade, temos que ouvir os destinatários das nossas medidas e temos também que perceber se estamos a ir ao encontro das verdadeiras necessidades e das verdadeiras expectativas. O cenário que nos traçaram, como não é novidade, não foi muito animador. Esperam consequências graves, esperam sobretudo consequências graves depois do fim das moratórias. Também a situação da própria Associação Comercial não é a melhor. Precisa esta associação, e merece, um outro olhar por parte do executivo camarário, percebemos a razão porque as medidas aplicadas no Natal de adesão aos vales de desconto em estacionamento, não tiveram qualquer tipo de adesão, ou a adesão que*

*existiu foi conforme nos foi transmitida, absolutamente residual. Percebemos quais são as dificuldades deste tipo de medidas e as dificuldades dos comerciantes em perceber e aderir e ter disponibilidade para explicar estas medidas aos consumidores. E percebemos também que o novo pacote de medidas que aprovamos na última reunião, é visto com algum ceticismo. Mas o que nos chamou à atenção nesta reunião, foi o facto de nós, por diversas vezes, termos pedido aqui o parecer da Associação Comercial em relação a este pacote de medidas e foi-nos dito que esse parecer existia e o Senhor Presidente comprometeu-se a enviar-nos esse parecer, e a verdade é que não houve parecer nenhum da Associação Comercial em relação a este pacote de medidas. E portanto, há aqui, ou alguma falta de comunicação, ou falta de clareza naquilo que nos foi dito. O que houve sim, foi uma conversa entre o Senhor Vereador e o Presidente da Associação. O Presidente da Associação é apenas isso – é o Presidente da Associação –, não é a Associação que é um órgão colegial. E quando lhe foi pedida a sua opinião e não um parecer, ele nem tão pouco conhecia o pacote das medidas, nem nunca tinha olhado para o pacote das medidas. Aliás, até hoje. Estando essas medidas, a campanha ‘Azeméis Vale Mais’ a ser anunciada publicamente, a Associação Comercial nunca recebeu da Câmara Municipal o documento com as medidas que foram aprovadas. Portanto, nem antes, nem depois. Isto para dizer que a Associação Comercial é um parceiro institucional da Câmara Municipal. Merece todo o respeito institucional e merece consideração não só pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo destes anos, mas também pela sua história. É uma associação com mais de 60 anos. Portanto, representa efetivamente os comerciantes e não é adequado que o seu nome seja usado para legitimar as medidas que são adotadas, quando na verdade a associação efetivamente não foi ouvida, nem sequer foi informada posteriormente daquilo que foi decidido. Portanto, não é este tipo de relação institucional que nós entendemos que deve existir entre a Câmara Municipal e os seus parceiros, em concreto entre a Câmara Municipal e este parceiro que é a Associação Comercial. Eu gostaria de colocar mais duas questões: Uma delas prende-se com os computadores que o Senhor Presidente referiu que chegaram às escolas. Estão a chegar numa altura em que as escolas já estão a funcionar normalmente e portanto, eu pergunto: Estes computadores não vão ficar dentro das caixas, não é? Estes computadores são necessários ainda assim e têm que ter alguma utilidade. Portanto, o que é que vai ser feito com estes computadores, uma vez que o objetivo deles era possibilitar aos alunos que tivessem aulas à distância? Agora isso já não se está a verificar. De que forma é que estes computadores vão ser utilizados? E de que forma é que estes computadores vão ser postos ao serviço das escolas e ao serviço dos alunos? E depois uma última questão, Senhor Presidente, tem a ver com a requalificação da EN 1: Eu passei ontem na EN1 e entre o Restaurante Brazão de Azeméis e o Zé da Curva, está tudo com remendos e já não se veem lá máquinas. Aquilo não vai ficar assim, pergunto eu. Vai levar um tapete por cima, presumo! Como é que aquilo vai ser... inclusive também na zona de Cucujães, ali na Margonça, a requalificação foi apenas pontual, alguns remendos.... Pergunto se já está feita a requalificação, ou se vai efetivamente levar – como nós esperávamos – um tapete para uniformizar o piso? É porque aquilo da maneira que está não*



*me parece ser o mais adequado, mas admito que as obras não estejam ainda concluídas. Para já era só Senhor Presidente.”* =====

===== *O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Ricardo Tavares que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Senhor Presidente, aproveitando a intervenção do Vereador José Campos e no seguimento da mesma, ainda relativamente ao mercado se me permite, gostaria de perguntar o seguinte: Tenho quase a certeza que esta solução do mercado provisório, não foi discutida com os operadores que estão no mercado atual, dos talhos, do peixe, dos frescos e dos legumes. Porque certamente que eles não concordariam em ir para um espaço que tem uma grande superfície em cima, que vende os mesmos produtos que eles, com outros preços, com outras condições e com outras armas. Como disse, e bem, o Vereador José Campos, acaba por ser o Intermarché um dos principais beneficiários com esta decisão e com estas sinergias que esta alteração do mercado gera para o próprio espaço. E já agora, também gostaria de perguntar se a Câmara Municipal ou o Senhor Presidente, falaram com o Continente, com o LIDL, com o Pingo Doce, porque se calhar também estas grandes superfícies certamente aceitariam também no seu espaço albergar provisoriamente o mercado municipal. Depois, Senhor Presidente, na Assembleia Municipal, e na última reunião de Câmara, disse que não poderia ser o mercado provisório no parque Abílio Campos porque estava previsto um licenciamento para aquela zona e a transferência do mercado poderia prejudicar esse licenciamento. Então perguntava ao Senhor Presidente: O que é que está previsto ou pedido para aquela zona? Qual o licenciamento que está pedido para aquela zona que seria prejudicado pelo funcionamento provisório do mercado municipal como ocorreu no passado? Mercadona: Já foi licenciado o Mercadona? Se sim, em que termos? Se existiu acordo com os representantes do Mercadona para a cedência de espaço para a construção da via municipal? Vai haver via ou não? Quem é que vai executar a via? Esta semana vi uma máquina no terreno, onde em princípio será localizado o Mercadona, a movimentar terras. As fontes em Oliveira de Azeméis, Senhor Presidente: É constrangedor ver as fontes sem água a jorrar. Antes Senhor Presidente, não havia dinheiro para pagar a água, disse o Senhor Presidente no início do mandato. Era necessário procurar outra solução muito mais sustentável para o funcionamento das fontes. A Fonte Luminosa já não funciona há meses, as outras, há anos. Eu vejo sempre colaboradores da Câmara Municipal, no último mês todos os dias, junto à Fonte Luminosa. O que é que se passa Senhor Presidente? O que é que acha disto? Acha que isto é justificável na cidade de Oliveira de Azeméis, sede do concelho? Processo das bicicletas: O Senhor Presidente, e consta da ata, disse que as bicicletas elétricas estão reparadas, temos 30 bicicletas convencionais adquiridas, existem postos/estações para o funcionamento/utilização das bicicletas elétricas e, como já disse, mas falta colocar ou instalar, existem postos/estações para as bicicletas convencionais. Eu estava à espera de que o novo regulamento que o Senhor Presidente disse que estaria a ser elaborado para disciplinar o uso das bicicletas convencionais, viesse a esta reunião de Câmara, ou pelo menos o início do procedimento, porque o Senhor Presidente disse na passada reunião que estava a ser*

*desenvolvido um regulamento, mas depois de bem ler, faço a seguinte questão: Como é que está a ser elaborado um regulamento se ainda não veio à reunião de Câmara a aprovação do início deste procedimento? Gostava que nos esclarecesse mais sobre esta matéria. Por outro lado, se já existe um regulamento para a utilização das bicicletas elétricas e elas já estão reparadas, como o Senhor Presidente disse, porque é que não se disponibiliza aos munícipes de Oliveira de Azeméis a utilização das bicicletas elétricas? O Senhor Presidente disse na última reunião de Câmara que não se perspetiva no curto prazo fazer-se mais um milímetro de ciclovia no concelho porque não é urgente e prioritário e só quando existirem fundos comunitários. Eu acho Senhor Presidente, que o Senhor Presidente deve ser o único Presidente de Câmara da Europa que não considera as ciclovias, a mobilidade elétrica, a descarbonização das cidades ou a sustentabilidade ambiental, prioritárias. Porque estas prioridades são impostas pela própria União Europeia e tem existido muito financiamento comunitário para estes projetos. Tenho que lhe dizer que lamento que este processo em que fomos, no passado, pioneiros no país, coloque hoje o nosso concelho num dos piores rankings do país, na aposta na mobilidade e em toda esta temática. Senhor Presidente, Portugal foi o primeiro Estado membro da União Europeia a submeter o Plano de Recuperação e Resiliência à Comissão Europeia. Eu estive a ler parte deste plano, ou desta proposta que está em análise na União Europeia e não vi na parte relativa às infraestruturas rodoviárias, por exemplo, não vi previsto o financiamento de nenhuma daquelas obras estruturantes para o nosso concelho previstas nesse plano. E isto incomodou-me porque há outros locais, e bem próximos de Oliveira de Azeméis, onde está previsto concretamente a execução de algumas dessas infraestruturas rodoviárias. Não vi por exemplo, a quarta fase da via do Nordeste, a via do Sudoeste, o acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, o prolongamento da A32 como já foi aqui anunciado... E próximo de nós, nas acessibilidades rodoviárias a concluir e diz específico nesse plano, para garantir a entrada e saída de mercadorias de forma eficiente e económica, para alavancar o investimento já efetuado nas áreas de acolhimento empresarial, vi destacado o investimento na EN 333, ligação do Nó de Águeda do IC2 à EN 235 em Perrães para acesso à A1, a ligação do parque empresarial do Casarão ao IC2, a execução do eixo rodoviário Aveiro/Águeda – isto está previsto e clarificado e é em Águeda Senhor Presidente. E para Oliveira de Azeméis? Não vi nada em concreto. O que é que faltou Senhor Presidente? Planeamento? Estratégia? Falta de argumentos para convencer o Ministro Pedro Nuno Santos? Agradecia alguma explicação sobre isso. Muito obrigado, Senhor Presidente.” =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Muito obrigado a todos, vamos então começar por dar resposta às múltiplas questões que foram colocadas. Algumas delas coincidentes e em mais do que uma intervenção, como a questão do Mercado Municipal. Efetivamente o Mercado Municipal estará pensado para o estacionamento subterrâneo do Intermarché. Aquilo que foi dito e aproveito também para responder à intervenção do Senhor Vereador Ricardo Tavares, não foi que o mercado na Praça Abílio Campos prejudicava o processo de licenciamento. Como sabe, não é assim que se licencia uma obra. O que eu disse,*

*foi que o processo de licenciamento em curso dificilmente permitiria a coabitação com o mercado municipal a funcionar na Praça Abílio Campos. Ora bem, o que é que acontece? Acontece que efetivamente foram analisados vários locais, várias possíveis soluções, e esta solução do parque subterrâneo do Intermarché pela sua dimensão e até pela sua localização, porque a questão da localização não ser central, é uma questão a que os Vereadores do PSD poderão começar por responder, já que foi no seu PDM e PEDU que posicionaram a instalação de um novo mercado precisamente na Avenida D. Maria I a 150 metros deste local... mas dizia eu que naturalmente aquilo que se procurou, foi encontrar um local que reunia as melhores soluções. É evidente que não foram contactadas as outras grandes superfícies como o LIDL, como o Continente, etc., porque elas não têm parques de estacionamento subterrâneos disponíveis, estão a ser utilizados pelos seus clientes. O Intermarché tem a particularidade de ter um parque de estacionamento de superfície que disponibiliza aos seus clientes e às respostas que estão instaladas no Intermarché. E tem um parque de estacionamento subterrâneo que está desocupado há vários anos e portanto, foi por isso que recaiu esta escolha sobre este mercado. Deixem-me dar-vos nota sobre algo que também é importante: É evidente que quem vem do Nordeste não tem transportes coletivos até lá, como também não tem hoje até ao mercado municipal. Embora aquele centro coordenador de transportes, se é que podemos chamar-lhe isso no atual sítio onde está localizado, tem mais proximidade do que este espaço. Mas a Câmara, naturalmente encontrará soluções e isso sim, é que faz sentido discutir com os comerciantes, não é a questão da localização, porque ela é possível e o mais possível no centro da cidade, é sim procurarmos discutir com eles a organização do espaço, o funcionamento do espaço, a questão do 'shuttle' de transportes que é preciso assegurar do centro da cidade até este espaço e também do Intermarché até ao centro da cidade de forma a que as pessoas continuem a poder aceder com alguma facilidade ao mercado municipal. É evidente que estamos perante uma situação onde as pessoas terão até muito melhores condições de estacionamento do que as condições que têm hoje. Portanto, nessa perspetiva eu também poderia dizer que este local é muito melhor – sob esse ponto de vista - do que o atual mercado, e daí a necessidade de fazer nas obras de requalificação que vão ser promovidas também um local de estacionamento que nunca existiu, nunca foi planeado e nunca houve também essa preocupação. Dizer-vos também algo que é muito importante para que todos percebamos: Chegamos a ter propostas que rondavam um milhão de euros para a instalação do mercado provisório e portanto, nós estamos a falar de uma solução que permitirá ser uma solução sob esse ponto de vista mais económica e permitirá que nós possamos investir mais nas condições de transporte que permitam que as pessoas possam provisoriamente – enquanto decorrem as obras no atual mercado – poderem deslocar-se ao mercado provisório. Eu não tenho dúvidas que depois do mercado instalado - nós já temos o layout do projeto -, as pessoas vão ficar satisfeitas com o que vão ver, vão ficar satisfeitas com o que vão ter. Eu julgo, contrariamente ao que foi dito, que é muito importante as sinergias que podem ser criadas entre a grande superfície e entre o mercado provisório a funcionar naquele local, porque efetivamente o nosso mercado poderá induzir clientes na grande superfície, mas também teremos clientes da grande superfície que poderão ser*

*induzidos no mercado municipal. Sob esse ponto de vista, eu não colocaria esta questão em termos do benefício único para a grande superfície. Os seus responsáveis têm sido absolutamente extraordinários na disponibilidade que têm tido para com a Câmara Municipal, no sentido de encontrarem soluções. Têm-se inclusive excedido, na nossa opinião, naquilo que tem sido essa disponibilidade e merecem naturalmente o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento, mas aquilo que é importante e eu nunca disse que tinha falado – Senhor Vereador Ricardo Tavares – com os comerciantes do mercado sobre esta solução, nunca o disse. Vamos fazê-lo em relação à organização, em relação aos contributos que esperamos que eles nos forneçam para o modelo de funcionamento, naturalmente também em relação à resolução de alguns problemas que eles nos possam colocar, e é nessa perspetiva que nós vamos trabalhar com eles de maneira a que tenhamos um mercado provisório que seja um excelente local quer para os comerciantes, quer para os consumidores. Dizer-vos também quando é que as obras no mercado começam. Nestas coisas, quando dependemos de outros, nunca podemos afirmar perentoriamente quando começam. Aquilo que estamos a fazer é a trabalhar para, durante o mês de maio, procurarmos instalar o mercado provisório neste local que vos referi, para podermos durante o mês de junho, eventualmente, princípio de julho, podermos avançar com as obras de requalificação do mercado. Terminadas essas obras, as concessões são colocadas em causa? Claro que são colocadas em causa, porque estaremos perante um novo mercado, com um novo modelo de funcionamento e também com novas respostas e portanto, aquilo que vamos procurar fazer é algo que começa a ser feito, um pouco por todo o país que são mercados – conforme foi referido pelo Senhor Vereador José Campos -, mais vocacionados para as carnes, peixes, legumes, para os frescos digamos assim. Como alternativa, equacionarmos a possibilidade de termos... porque neste momento, nestes dois anos onde vão decorrer as obras, todos os atuais comerciantes do mercado terão lugar no mercado provisório, durante o período de requalificação do mercado, nós procuraremos implementar soluções que permitam que esses comerciantes tenham alternativa. Foi exatamente isso que eu disse. E daí essa feira com periodicidade semanal, ou bissemanal, em formato que vier a ser definido e discutido com os próprios comerciantes, para procurarmos dar esse tipo de resposta. Queremos um mercado moderno, um mercado inovador, um mercado semelhante aos mercados que vemos um pouco por todo o país e nas cidades europeias e é esse mercado que nós vamos construir também em Oliveira de Azeméis. Um mercado que tem potencial comercial, mas tem também potencial cultural, tem respostas no domínio da restauração e é um mercado que pretendemos que funcione todos os dias e que seja uma referência para os consumidores na região. As garantias, em relação aos comerciantes que estão no local, não acontecem porque como sabem, quando abrimos um período de concessão, as pessoas concorrem a essa concessão e concorrem para o número de lugares que estão disponíveis. E portanto, todos os outros comerciantes, para além daqueles que naturalmente poderão, caso seja do seu interesse, ocuparem algumas lojas que são viradas para o exterior e para o interior do espaço e possam ocupá-las com esses produtos que foram referidos, os sapatos, as roupas, etc., nós procuraremos também assegurar essa resposta através desta feira.”* **Senhor Vereador Ricardo Tavares:**

“*Senhor Presidente, já agora só esclarecer que licenciamento é que está previsto para a Praça Abílio Campos e que pode ser prejudicado pelo mercado provisório?*” **Senhor Presidente:** “*Ricardo Tavares, eu vou repetir aquilo que disse. Eu nunca disse que havia algum licenciamento que pudesse ser prejudicado pelo mercado provisório na Praça Abílio Campos. O que eu lhe disse – volto a repetir, já o disse nesta reunião – foi que está a decorrer o processo de licenciamento de uma construção imobiliária de grande dimensão, cujo processo de construção poderá muito naturalmente ocorrer em simultâneo com o funcionamento do mercado provisório se fosse na Praça Abílio Campos e essa coabitação seria muito difícil. Porque estamos a falar de um grande investimento e nessa perspetiva, seria muito difícil termos um mercado provisório a funcionar na Praça Abílio Campos, enquanto decorria uma obra daquela dimensão. Foi exatamente isso que eu disse. Em relação ao Mercado Municipal, eu julgo que respondi às questões que foram colocadas...*” **Senhor Vereador José Campos:** “*Senhor Presidente, desculpe, mas antes de passar a outro tema e já que estamos a falar do mercado... Não me respondeu à questão dos contornos do acordo entre o Intermarché e a Câmara Municipal no âmbito desta cedência de espaço.*” **Senhor Presidente:** “*Eu não vou aqui publicitar os contornos do acordo, porque ainda não formalizamos a totalidade das condições. Há um conjunto de questões que estamos neste momento a ultrapassar. Portanto, logo que tenhamos o acordo e todas as questões formalizadas eu comunicarei essas condições. Não são condições que tragam nenhum tipo de particularidade especial, mas há um conjunto de questões que têm que ser afinadas, nomeadamente ao nível da disponibilização de energia, disponibilização de água, condições que tenham a ver com os períodos de funcionamento do mercado, enfim, as próprias acessibilidades estão a ser estudadas e estão a ser discutidas com os responsáveis e portanto, nós, em tempo oportuno, logo que todas essas condições estejam formalizadas, comunicaremos ao executivo camarário e a todos os Oliveirenses as condições em que foi formalizado esse acordo. Em relação à intervenção da Senhora Vereadora Carla Rodrigues: Naturalmente que quando nos referimos a este desconfinamento progressivo que se está a verificar no país e a um regresso à normalidade em termos daquilo que é o retomar da atividade económica e também da atividade social, não dissemos que nos demitíamos ou desresponsabilizávamos daquilo que são as nossas responsabilidades, mas também naturalmente aquilo que são as responsabilidades do próprio Governo, através de um conjunto de mecanismos que existem para auxiliar as pessoas e para auxiliar a nossa economia. Portanto, continuaremos a fazer esse trabalho de apoio social, de apoio à economia. Esse trabalho que naturalmente a Câmara e o Governo têm obrigação de prestar, têm obrigação de disponibilizar e que é absolutamente determinante para a recuperação da nossa economia. Em relação à Banda de Música do Pinheiro da Bemposta, claro que me associo a essa parabenização. Foi um momento muito interessante, mas o próprio programa teve outros momentos interessantes. Teve um momento delicioso quando tivemos oportunidade de assistir a um pequeno vídeo, onde as crianças davam o seu olhar sobre o 25 de Abril. Foi também muito interessante vermos neste espetáculo que decorreu no Cinema Gemini, a Banda de Música do Pinheiro da Bemposta a atuar em simultâneo com António Graça (acordeão) e com o Miguel*”

Rodrigues (voz). *Tivemos ali realmente um momento de grande qualidade e um momento que trouxe grande dignidade às celebrações do 25 de Abril. O próprio Maestro Jonathan Costa teve oportunidade de dizer às pessoas que tiveram oportunidade de assistir no local, mas também de assistir através dos órgãos de comunicação social, o gosto que lhe dava, o prazer que dava a toda aquela equipa, maioritariamente jovem, em poderem atuar para um público, em poderem atuar para uma plateia, algo que naturalmente os deixou muito felizes. Em relação à intervenção relacionada com as medidas de apoio ao comércio, nós já discutimos as medidas de apoio ao comércio. Temos um pacote de 120 000,00€ para apoiar os nossos comerciantes. Esperamos naturalmente, que é isso que importa, é que esse apoio chegue aos destinatários. Nós falamos num parecer, mas efetivamente não foi um parecer, foi realmente um trabalho que foi feito em conjunto com a Associação Comercial. Nós não tivemos uma reunião Senhora Vereadora, tivemos duas, uma no dia 16 de fevereiro e outra no dia 16 de março, onde foi discutida a temática deste 'Vale Mais'. Foi discutida também a plataforma de comércio on-line que disponibilizamos a todos os comerciantes para poderem vender os seus produtos, recebemos sugestões da Associação Comercial em relação à versão final. A Senhora diz que o Senhor Presidente da Associação Comercial não representa a Associação Comercial – representa tanto a Associação Comercial como o Presidente da Câmara representa a Câmara Municipal. Portanto, merece-nos todo o respeito e toda a consideração e quando fala connosco, julgo que fala connosco em nome de todos os membros da direção e portanto, as medidas que nós apresentamos aos comerciantes não precisam de ser legitimadas pela Associação Comercial, precisam de ser legitimadas é pelo executivo camarário, e foram. Portanto, a Associação Comercial foi ouvida duas vezes em relação a esta matéria e tem sido sempre ouvida porque consideramos a Associação Comercial um parceiro importante no desenvolvimento económico e no apoio que é necessário dar aos nossos comerciantes. Efetivamente, a Associação Comercial precisa de um outro olhar, precisa de um outro apoio e atenção por parte do executivo camarário, está a ter esse apoio e atenção que é algo que nunca aconteceu no passado. Efetivamente os apoios nunca existiram, mas hoje finalmente temos oportunidade de definir anualmente com a Associação Comercial um conjunto de iniciativas que têm merecido o apoio da própria Câmara Municipal. Eu não faço ideia, ouvi da sua boca, mas certamente que não fala nem é representante da Associação Comercial, que a Associação Comercial olha com ceticismo para estas medidas. Bom, não foi isso que nos foi dito, espero que esse ceticismo, à semelhança de outros ceticismos, seja ultrapassado pelo sucesso da medida. É evidente que quando apresentamos uma medida, queremos que essa medida tenha sucesso. A medida do estacionamento no mês de dezembro, foram distribuídos 10 000 vales para o estacionamento aos comerciantes que poderiam e deveriam ter disponibilizado aos seus clientes. Para além disso, nós tivemos também a suspensão do pagamento, uma quebra de receita de cerca de 5 500,00€ e portanto, esse foi um contributo objetivo também que se deu ao nosso comércio. Agora, nós disponibilizamos as ferramentas, mas também cabe aos comerciantes potenciá-las e promovê-las junto dos seus clientes. É isso que nós esperamos que aconteça com estas medidas, com estes 120 000,00€ que estamos a disponibilizar para ajudar o comércio local, neste processo*

*de recuperação. Em relação aos computadores: A Senhora Vereadora teve oportunidade de visitar comigo, no dia 29 de março, precisamente há um mês, a Escola de Fajões. E teve oportunidade de ver tal como eu, que a escola tinha recebido um conjunto de computadores que estava a preparar para entregar aos alunos que precisavam dos computadores para o ensino presencial. Foram muitos os alunos que beneficiaram desse apoio, foram muitos os alunos que beneficiaram dos 330 PC's que a Câmara Municipal disponibilizou. Agora, como compreende, nós não somos responsáveis pelos computadores que o Governo, o Ministério da Educação, disponibiliza. Aquilo que fizemos foi, dentro do nosso quadro de competências, criar respostas para ajudar o ensino à distância. Fizemo-lo, julgo eu, com muito sucesso. Agora o que eu espero, é que estes computadores que foram disponibilizados, sejam computadores que ajudem a atualizar o parque informático existente nas escolas. Ele está muito obsoleto em muitas das nossas escolas, mesmo nas escolas da nossa responsabilidade, vamos substituir mais de 150 computadores nos nossos jardins-de-infância e EB's porque temos efetivamente um parque informático, muito dele com mais de 10 anos, que urge atualizar. Portanto, aquilo que espero, é que estes equipamentos sejam disponibilizados aos alunos que poderão utilizá-los no espaço escolar e não falta onde os usar, nas salas de aula, nos laboratórios, nas bibliotecas, mas naturalmente espero que eles não venham a ser utilizados nunca mais, no ensino à distância. Isso é que eu espero, o que desejo e portanto, o que é um facto, é que neste momento temos esses computadores a serem distribuídos pelas escolas que certamente, e melhor do que nós, saberão dar bom uso. Em relação à EN: Senhora Vereadora, efetivamente esse troço que situou teve uma vala para a instalação de saneamento, não tínhamos saneamento nessa zona da cidade. Foi instalado saneamento. Essa vala não vai ficar como está como é evidente, vai ser pavimentada. Portanto, a pavimentação vai continuar até ao 'Zé da Curva', contrariamente ao que vai acontecer na Margonça, porque a nossa perspetiva em termos de atuação, em termos de rede viária é muito simples, não é nada que as pessoas com facilidade não entendam... Nós não temos dinheiro para requalificar toda a nossa extensa rede viária como desejaríamos, e portanto, temos que tomar opções. E quando as estradas têm ainda condições de transitabilidade, quando as estradas com intervenções que não são intervenções de requalificação total, mas de manutenção de requalificação parcial, ficam preparadas para funcionarem com segurança e boas condições durante mais alguns anos, é isso que fazemos. Foi isso que fizemos na Rua do Mosteiro, não vamos fazê-lo naturalmente naqueles 1,6 km que está em paralelo. Aí sim, teremos um pavimento completamente novo. Foi isso que fizemos na EN1, por exemplo, entre a entrada de São João da Madeira e a rotunda da Gametal. Colocamos um piso completamente novo, porque o piso não era recuperável. Entre a rotunda da Gametal e a rotunda do Cercal, o piso tinha zonas onde estava muito mais degradado, zonas onde o piso ainda está bom e portanto, fazemos operações de manutenção e não temos com isso qualquer tipo de problema. O que importa é que as estradas fiquem com condições de segurança para os automobilistas e para os peões. É isso que desejamos para a EN1. Em relação à intervenção do Dr. Ricardo Tavares: O processo do Mercadona, tem um PIP na Câmara Municipal. A Via Municipal? Essa via que serve o Mercadona e que serve a nossa via estruturante,*

*vai ser feita. Não há outra forma. Nós não vamos licenciar a construção... aliás, o próprio pedido de informação prévia foi condicionado à execução dessa via. E portanto, a Câmara Municipal estará disponível para disponibilizar os terrenos que sejam necessários para a sua construção, porque naturalmente são terrenos que passarão a integrar o domínio público, mas a responsabilidade pela construção da via queremos que seja da responsabilidade do investidor. Nós vamos ter amanhã uma reunião com o investidor, no sentido de nos ser apresentado o projeto que está previsto precisamente para essa via. Não faço ideia Senhor Vereador, das máquinas que andaram no terreno. Essa questão curiosamente foi-me colocada por um órgão de comunicação social também. Não lhes soube responder. Não sei se se trata de uma operação simples de limpeza de vegetação no terreno, porque é um terreno bastante grande. Não faço a menor ideia do que é que essa máquina lá estava a fazer, mas seguramente que não estava lá para dar início ao processo de obras, ao processo de construção do Mercado, porque esse processo não está ainda licenciado. Em relação à fonte sem água a jorrar: Senhor Vereador, deixe-me corrigi-lo, a Fonte Luminosa não está sem funcionar há meses, nem temos outras fontes sem funcionar há anos. Isso é absolutamente especulativo, é absolutamente abusivo, não é isso que acontece. A fonte, aliás, tem tido uma ou outra interrupção e tem tido uma ou outra interrupção porque a fonte precisa de manutenção, as fontes precisam de manutenção e é bom que se façam essas operações de manutenção para que não tenhamos os problemas que temos em algumas fontes que estão irremediavelmente perdidas, como a fonte, por exemplo, em frente ao Mercado Municipal que por não ter sido alvo de nenhuma operação de manutenção ao longo dos anos, degradou-se completamente e não tem qualquer possibilidade de recuperação. A mesma coisa aconteceu com a fonte do Rainha. A fonte do Rainha como sabe, e para mim o que não é justificável Senhor Vereador, não é a fonte estar desligada para operações de manutenção ou para operações de reparação, o que não é justificável, é gastarmos 6 000,00€ por mês de água potável que perdíamos porque não reciclávamos a água. Isso é que é absolutamente lamentável e não é justificável. Agora nós, perante uma avaria, perante um problema, fazermos as operações que são necessárias para evitarmos perdas de água, eu julgo que isso é senso comum, julgo que isso é responsabilidade. O que é que acontece particularmente na rotunda do Rainha? Os Senhores facilmente, como utilizadores regulares desta zona, percebem que há uma zona a poente que tem um abatimento na estrada. É fácil de ver, é perceptível, sente-se esse abatimento quando se circula na rotunda do Rainha. De que é que resulta esse abatimento? Esse abatimento resulta – e naturalmente a fonte sofre com isso – pelo facto de estranhamente termos um conjunto de infraestruturas, de redes de água, redes pluviais, redes de saneamento a passar por baixo da rotunda. Isto é absolutamente irresponsável, porque à semelhança do que aconteceu connosco, em que tivemos problemas com essas infraestruturas, tivemos que fazer um desvio que está lá bem visível, para os dois lados da rotunda, de nascente para poente, para precisamente desviar as águas pluviais e residuais porque estavam, julgamos nós, porque não foi perceptível através do robot, através do visionamento das condutas, verificar exatamente o que se passou, julgamos nós, que uma rotura estava a levar à escarificação do terreno e à criação do abatimento daquela zona. E por isso é que a nossa rotunda*



que já foi várias vezes intervencionada com grampos para procurar fixar as fendas, tem esse tipo de problemas. A nossa fonte na rotunda, de vez em quando, é sujeita a estes esforços, e estes abatimentos, manifestam-se na estrutura. Não há solução que não seja esta, de proceder à manutenção sempre que seja necessário. E portanto, as condições quando se instala uma fonte numa rotunda têm que ser devidamente acauteladas, devidamente planeadas e aí sim, para que depois não tenhamos estes problemas que levam a que a fonte deixe de jorrar. Porque ninguém naturalmente gosta de ver a fonte sem jorrar, ela foi requalificada para esse efeito. Agora não podemos é resolver um problema que resulta de um mau planeamento na sua construção e do desvio das condutas que devia ter sido feito. Isso é que não é justificável. Em relação à questão das bicicletas elétricas: Como sabe, foram investidos cerca de 85 000,00€ julgo eu, mas saberá se calhar melhor o que eu esse valor, porque era responsável na altura e essas bicicletas, não tiveram praticamente nenhuma utilização, como sabe. Essas bicicletas deram imensos problemas e o problema maior, como sabe, foi a insolvência da empresa Orbita que era a fabricante dessas bicicletas. Pois bem, eu já expliquei isto. Foi um problema difícil a resolução sem perdermos todas as bicicletas, algumas delas não foram efetivamente recuperáveis, mas recuperaram-se algumas bicicletas e aquilo que nós pretendemos, é colocar essas bicicletas conjuntamente com as convencionais como disse e muito bem, estão disponíveis já, ao serviço da comunidade Oliveirense instalando para isso algumas boxes/estações que permitam que através da sua localização, tenhamos uma boa cobertura geográfica da nossa cidade e de alguns locais onde nós entendemos que essas bicicletas devem estar instaladas. O Senhor diz que não percebe o que é que se está a fazer ao nível do regulamento. Nós já abrimos Senhor Vereador, no dia 13 de janeiro o início do procedimento para o Regulamento Municipal de Utilização das Bicicletas. O Senhor votou. E portanto, temos esse regulamento em funcionamento. A Câmara Municipal está neste momento a ouvir os serviços internos, precisamente para receber contributos para ultimarmos um documento que vos será apresentado também para receber os vossos contributos. Aquilo que queremos, mais do que falar em chavões como estes que o Senhor disse, que devo ser o único Presidente de Câmara da Europa que não quer a descarbonização... Isso são chavões que hoje não valem rigorosamente nada... as pessoas não valorizam esse tipo de abordagem... **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “O Senhor Presidente é que disse isso.” **Senhor Presidente:** “Eu não disse nada disso, repare, o que é um facto... Desculpe, eu não disse que não queria a desarbonização das cidades, eu não disse que a mobilidade e a sustentabilidade dos territórios não é uma preocupação para mim, como é uma preocupação para os meus colegas e até para o conjunto dos municípios e certamente para os Senhores Vereadores também. O que eu disse foi que a questão das ciclovias, face às necessidades que nós temos neste momento, não há capacidade financeira, não é uma prioridade. E é fácil perceber porquê. Foi-vos explicado, não vou aqui naturalmente fazê-lo porque não é o espaço para o fazer, mas temos efetivamente um conjunto de necessidades prementes ao nível da rede de água e saneamento, ao nível da rede viária, da requalificação do edificado público, do nosso parque escolar que são na nossa opinião, prioridades em relação à construção das ciclovias. Oxalá tivéssemos como o Senhor disse, que

*também não é verdade, quadros comunitários disponíveis para o financiamento de ciclovias. Não é verdade. O que aconteceu foi que no quadro do PEDU houve efetivamente municípios que por terem estes problemas que eu lhe referi resolvidos, afetaram as verbas do PEDU para a construção de ciclovias. Aliás, o seu executivo tinha afeto 1 300 000/1 700 000 agora sinceramente não me recordo.”* **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “4 000 000,00€.” **Senhor Presidente:** “Não, não era 4 000 000,00€, não é verdade. Tinha 1 300 000,00€ para a construção de ciclovias, mas esquecia tudo o resto, esquecia as nossas escolas, esquecia a rede viária, esquecia a requalificação...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Isso não era previsto no PEDU Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “.... Esquecia a requalificação do edificado, esquecia a requalificação do parque escolar, a reabilitação urbana da Casa Sequeira Monterroso que podia ter sido incluída no PEDU. Enfim, isso não eram preocupações para o executivo, o que eram preocupações para o executivo eram realmente as ciclovias, numa perspetiva puramente publicitária. A questão da mobilidade e da sustentabilidade Senhor Vereador, não vamos discuti-la aqui, já desafiei os meus colegas de executivo para discutirmos com profundidade, para refletirmos sobre as questões de mobilidade e sustentabilidade no nosso concelho que vão muito para além das ciclovias. A ciclovia é um pormenor, numa solução de mobilidade urbana sustentável que temos que trazer para o nosso concelho. Efetivamente eu tive e volto a repetir, tenho para mim, que ainda temos um longo caminho a percorrer. Temos até que o iniciar, temos que iniciar esse caminho e passa por muitas coisas que são os pontos de carregamento elétrico, as zonas de acalmia de trânsito, são as passadeiras inteligentes, são uma rede de transportes eficiente, uma rede de transporte público que cobra o território, são as criações de condição de acessibilidade para pessoas com modalidade reduzida, temos efetivamente passeios muito maus, temos passeios que condicionam a mobilidade das pessoas, temos um conjunto de mobiliário urbano que prejudica a mobilidade nesses passeios, temos passeios que não permitem o atravessamento das pessoas para a estrada, temos locais de atravessamento definidos que não têm passadeiras definidas. Enfim, temos um conjunto enorme de fragilidades que eu reconheço. Temos um trabalho muito importante, um trabalho pedagógico que tem que começar nas nossas escolas e que nós já iniciamos, no sentido de procurarmos formar as pessoas para a adoção de outros moldes de mobilidade mais suaves que não o transporte individual, como andar a pé, como andar de bicicleta, como termos uma rede de transportes públicos que sirva as necessidades da população, enfim... há efetivamente aqui um conjunto de questões que têm que ser definidas num plano municipal de mobilidade e sustentabilidade também que está com uma dotação de 50 000,00€ no nosso Orçamento Municipal para ser adjudicado para que possamos implementar um conjunto de respostas de mobilidade no nosso concelho, nas quais se inclui naturalmente as ciclovias. As ciclovias são muito importantes, os circuitos pedonais são muito importantes, os trilhos são muito importantes e portanto, nós temos um concelho que tem potencial para oferecer um conjunto de respostas na natureza, um conjunto de respostas que permitam educar as pessoas para esses moldes de mobilidade suave. Esse é um trabalho que vamos fazer. O Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, naturalmente, está muito preocupado com as questões da

sustentabilidade do nosso território, como certamente os Senhores Vereadores estão e o próprio país está. O país está a definir para si metas ambiciosas ao nível da economia verde, ao nível da descarbonização da economia. É evidente que nós não somos um município pior do país no ranking da mobilidade, porque isso revela não saber o que é mobilidade num território e portanto, o que nos importa, é que nós tenhamos condições para dar passos significativos para que o nosso concelho possa integrar plataformas regionais de mobilidade, porque mobilidade não se pensa nem se executa à escala de um território, executa-se naturalmente à escala de uma região e essas soluções, são soluções que queremos articular também com outros municípios. É evidente que se nós tivermos financiamento específico para estas questões de mobilidade ligadas às ciclovias, enfim, a perspetiva desde o início, é não perder um cêntimo de fundos comunitários e cá estaremos para avançar para a construção dessas ciclovias se forem disponibilizadas verbas. Por isso se tiver condições para nos fazer chegar avisos de candidaturas para a construção de ciclovias que tenham acontecido neste mandato e que não tenham sido acedidos pela Câmara Municipal, nós fazemos aqui a mea culpa e naturalmente reconheceremos o nosso erro. Mas não foi isso que aconteceu. Estamos atentos, se tivermos avisos comunitários que permitam este tipo de investimentos, pois nós avançaremos e seguramente criaremos mais ciclovias.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, apesar da minha atividade profissional neste momento não estar a afeta exclusivamente à Câmara Municipal, eu vou fazer chegar essa informação para apoiar a Câmara Municipal nesse sentido.” **Senhor Presidente:** “Faça esse favor, mas posso-lhe assegurar que não tivemos candidaturas para ciclovias que pudéssemos concorrer sem comprometer naturalmente outros fundos. Ou seja, é evidente que se nós num PEDU, em termos de mobilidade, deixássemos de fazer o Mercado Municipal, naturalmente que podíamos ter investido em ciclovias. Agora, não foi essa a nossa perspetiva. A nossa perspetiva foi recuperar o Mercado Municipal e criar ali uma resposta ao nível de um ‘pick and go’ e é isso que vai acontecer. Em relação ao PRR e à sua preocupação em relação ao facto de não ter visto inscrita nenhuma obra para o concelho de Oliveira de Azeméis: Como compreende, não viu a generalidade dos concelhos do país com obras incluídas no PRR. O PRR tem várias dimensões, várias vertentes e foram apenas elencadas algumas obras, sendo certo que no conjunto, na matriz de apoios que vão surgir nas diferentes temáticas, o município de Oliveira de Azeméis naturalmente vai candidatar-se e vai obter fundos para obras que consideramos estruturantes. Aquilo que era importante, é que nós tivemos oportunidade em vários fóruns, de elencar aquilo que para nós eram obras prioritárias, obras que o Plano de Recuperação e Resiliência devia apoiar, não só num quadro municipal, mas também num quadro intermunicipal e mesmo à escala da região metropolitana, demos contributos a todas essas dimensões. Portanto, nós não vimos nessa relação nenhuma obra para Oliveira de Azeméis, como não vimos para a Feira, como não vimos para São João da Madeira, como não vimos para Vale de Cambra, como não vimos para Arouca, não vimos para Espinho. Enfim, não vimos para a generalidade dos municípios. Isso não significa que esses municípios tenham perdido a oportunidade, porque como sabe, este PRR ainda tem uma dotação expressiva e aquilo que nós esperamos, a bem da economia do concelho, do

*distrito de Aveiro e do país, é que um conjunto de obras estruturantes que sejam importantes para município de Oliveira de Azeméis, para o distrito e para o país, sejam efetivamente contempladas e que o dinheiro chegue precisamente a essas obras. Esse é um trabalho que estamos a fazer. O plano continua em discussão, as reuniões são frequentes, são constantes, seja no quadro da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, seja no quadro da Área Metropolitana do Porto. No próprio dia em que tivemos a Assembleia Municipal, decorreu até à hora em que pude estar presente, porque depois tive que me ausentar para estar presente na Assembleia Municipal, mas a reunião continuou, uma reunião com a Comissão da Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte promovida pelo Senhor Dr. António Cunha – o seu Presidente –, para precisamente discutir com os municípios o programa, o quadro 2030 e também o PRR. Portanto, continua numa fase de discussão, desta vez mais fina, mais temática, quer o Quadro, quer o Plano de Resiliência. Portanto, eu não vou partilhar dessa visão de que Oliveira de Azeméis vai passar ao lado do Plano de Resiliência porque seria muito mau para o concelho, mas seria também seguramente muito mau para a economia do distrito e muito mau até para o país. Estamos atentos, vamos seguramente apresentar projetos que vão merecer o reconhecimento da sua importância, o reconhecimento do seu financiamento e esperamos que o município de Oliveira de Azeméis, à semelhança dos outros municípios da região, porque nós não temos essa visão redutora, queremos que a região se desenvolva como um todo, vejam também contemplados projetos tão importantes para esses municípios, mas também que são projetos importantes sob o ponto de vista de respostas supra municipais. Como sabem, é por exemplo a Linha de Vale do Vouga. É para nós absolutamente determinante que a Linha do Vale do Vouga seja requalificada. Portanto, os municípios da Associação de Municípios e a própria Área Metropolitana do Porto está focada na concretização da requalificação desta infraestrutura, mas as outras que citou, seja a via do Sudoeste, seja o prolongamento da A32, foram obras que foram elencadas para além de muitas outras obras, já tive oportunidade de vos fornecer a listagem dessas obras que foram disponibilizadas, são muitas obras mesmo e esperamos que algumas delas sejam contempladas. Julgo que respondi à grande maioria das questões.” =====*

*===== O Senhor Presidente voltou a conceder o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, eu só tenho, se me der a palavra, que refutar algumas das coisas que disse em relação à intervenção que fiz a propósito do comércio local e da reunião com a Associação Comercial de Oliveira de Azeméis. Eu de facto não represento a Associação Comercial. Eu represento todos os Oliveirenses, fui democraticamente eleita para isso e a Associação Comercial representa uma parte significativa também dos Oliveirenses, dos Oliveirenses que geram riqueza, que pagam impostos, que dão postos de trabalho. Portanto, é nessa qualidade que eu trago aqui o assunto que parece que é relevante para discussão. E dizer Senhor Presidente que efetivamente ficamos a saber que não havia rigorosamente parecer nenhum. O Senhor Presidente diz que houve duas reuniões. Nós sabemos em que contornos é que essas reuniões ocorreram e sem a análise detalhada das propostas, apenas*

*com uma discussão verbal sobre algumas ideias. E portanto, como eu disse e repito, a Associação até hoje não teve conhecimento por parte da Câmara Municipal do regulamento que foi aprovado em reunião de Câmara. E depois dizer Senhor Presidente, efetivamente, o Senhor Presidente da Associação Comercial representa a Associação Comercial, tal como o Senhor Presidente de Câmara representa a Câmara, mas o Senhor Presidente não decide as coisas sozinho. Por isso é que há um órgão colegial, por isso é que há um executivo e por isso é que nós estamos aqui reunidos. Porque caso contrário, as coisas que nós aprovamos aqui não poderiam entrar em vigor. Portanto, há assuntos que pela sua gravidade e pela sua importância, merecem ser discutidos no coletivo e não apenas no coletivo das associações, como é aqui no coletivo da reunião de Câmara. E portanto, se queremos efetivamente uma opinião desta Associação, devemos pedi-la e devemos ouvi-la efetivamente e não fingir que ouvimos e quem fala desta Associação, fala das outras e fala de inúmeros organismos da nossa sociedade. E Senhor Presidente, dizer apenas que em relação àquilo que disse do apoio que tem sido dado à Associação, do conjunto de projetos em que têm sido parceiros, deixe-me dizer que foi precisamente o contrário o que nos disseram ontem. Eu não vou estar aqui agora, no diz que disse. Apenas sugiro ao Senhor Presidente que ouça então e que reúna com a Associação Comercial, porque não foi rigorosamente nada disso que eles nos disseram. Disseram-nos precisamente o contrário e portanto, só reunindo com a Associação, só falando - e nós reunimos com toda a direção, não reunimos com o Senhor Presidente, reunimos com toda a direção -, só falando com a Associação e só reunindo com a sua direção, é que o Senhor Presidente vai poder perceber exatamente aquilo que eu transmiti hoje, porque está redondamente enganado Senhor Presidente em relação àquilo que nos disse. Era isto, só para repor a verdade.” =====*

*===== O Senhor Presidente voltou a conceder o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, antes de responder, eu gostava de responder a algumas inverdades que foram ditas. O Senhor Presidente depois certamente que me irá responder sobre isso, mas deixe-me só dizer aqui, relativamente a três coisas: O Senhor Presidente disse que o projeto de mobilidade do anterior executivo foi puramente publicitário. Deixe-me dizer-lhe, o Senhor Presidente sabe disto, mas por vezes gosta de transmitir algumas incorreções e falsidades para justificar o que não faz. Portanto, por dever de verdade, eu vou ser obrigado a ter que tecer aqui alguns comentários, porque o PEDU, como o Senhor Presidente bem sabe, financiava três eixos: a mobilidade urbana, a reabilitação urbana e o apoio às comunidades desfavorecidas. Portanto, o Senhor Presidente sabe que todos os municípios e os projetos municipais, no âmbito da mobilidade, não eram puramente publicitários, estava salvaguardada uma verba no início que todos os municípios contestaram porque era de valor elevado, mas estava salvaguardada uma verba para Oliveira de Azeméis e só para Oliveira de Azeméis no valor de 4 000 000,00€. No âmbito dos 8 500 000,00€ que foram atribuídos inicialmente a Oliveira de Azeméis no PEDU. E eu vou-lhe dizer isso porque fui eu que assinei, em representação do município de Oliveira de Azeméis, o contrato PEDU com a CCDR-N.*

*Portanto, eu sei do que estou a falar. Portanto, não é puramente publicitário e eu sei que esta estratégia do ‘puramente publicitário’, é uma estratégia do Senhor Presidente, mas não queira é colar os outros executivos a esta estratégia. Depois, o Senhor Presidente disse que as bicicletas elétricas não tiveram qualquer utilização no passado. Eu parece que ouvi isso. Não sei, se... Senhor Presidente foi isso que disse? Então elas avariaram porquê, Senhor Presidente? Por falta de utilização? Será que o Senhor Presidente está com isso a insinuar que não vai haver uma aposta nas bicicletas elétricas e é só nas puramente convencionais? É esta a pergunta que eu também deixo no ar. Depois, o Senhor Presidente disse que não existia apoios no passado, do/s anterior/es executivo/s à Associação Comercial. O Senhor Presidente quer que eu lhe peça a comparação dos apoios dos anteriores executivos à Associação Comercial e deste, para depois discutirmos só sobre esta matéria? E relativamente aos apoios aos comerciantes? O comércio em Oliveira de Azeméis não se esgota e os apoios aos comerciantes, no apoio à Associação Comercial. Mas isso se for para ser, eu também não tenho problema nenhum em requerermos uma análise comparativa entre os apoios deste executivo aos comerciantes de Oliveira de Azeméis e à Associação Comercial e os apoios dos executivos passados.” =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores pelo Senhor Presidente foi dito: “Bom, estamos efetivamente em campanha eleitoral, eu não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Vão-me desculpar que eu faça esta afirmação, porque dois Vereadores a dizer que o Presidente da Câmara faltou à verdade... enfim, é no mínimo demonstrativo de uma determinada linha de ação que eu sinceramente repudio, não é essa a minha forma de estar nestas coisas. Efetivamente as pessoas podem enganar-se, podem equivocar-se. Faltar à verdade é quando nós deliberadamente mentimos e dizemos coisas que não correspondem à verdade. Eu tive oportunidade de lhe dizer que foram promovidas duas reuniões com a Associação Comercial. A Senhora Vereadora resolveu transformar isso em uma coisa que não é grande coisa, queria que fossem discutidas em fevereiro e em março as medidas quando nós na última reunião é que aprovamos efetivamente as medidas e concretizamos efetivamente as medidas.... Discutiu-se em traços gerais aquilo que se ia fazer. O que era importante, era que o dinheiro chegasse aos comerciantes. A Associação Comercial deu os seus contributos, foi envolvida no processo. Em relação ao Mercado Municipal, a Associação Comercial representa os seus associados, não representa a totalidade dos comerciantes do concelho. E no caso concreto do Mercado Municipal, a maioria dos comerciantes do mercado não são sequer associados da Associação Comercial e portanto, aí a perspetiva foi diferente como é fácil de perceber. Portanto, a Associação Comercial é respeitada, a Associação Comercial é considerada como todas as instituições do nosso concelho. Portanto, eu repudio essa leitura de que as instituições não são consideradas. Frequentemente traz-se aqui essa leitura trágica que as associações são hostilizadas, no passado elas eram ouvidas, eram apoiadas, eram acarinhadas, neste momento são ostracizadas. Portanto, eu repudio utilizar termos, ‘fingir que as ouvimos’ são termos que eu repudio, não fazem parte da prática de pessoas sérias, pessoas honestas, de pessoas que respeitam as instituições e que respeitam sobretudo os Oliveirenses que*

*servimos. Portanto, não foi isso que aconteceu. Não é isso. Nós não trabalhamos com palavras ‘fingir’, ‘insinuar’. Portanto, esses termos são termos que devem ser banidos do discurso político porque só o prejudicam. Não houve inverdade rigorosamente nenhuma. Aquilo que fizemos, foi definir com o executivo camarário que é quem, em primeira instância, tem a obrigação de discutir estas questões, foram definidas um conjunto de medidas que consideramos que são muito importantes, e aquilo que é, digamos, o nosso foco, a nossa motivação, é que essas medidas tenham o efeito e o impacto que desejamos. Portanto, não vamos concentrar o discurso nesse tipo de insinuações, nesse tipo de declarações de inverdades porque não é isso que interessa. O que interessa, é que rapidamente o conjunto de medidas que já podiam estar no terreno, possam finalmente chegar aos seus destinatários com mais ou menos conversa com a Associação Comercial, com mais ou menos amplitude na medida A ou na medida B e no grau de discussão com que ela foi aprofundada. Senhor Vereador Ricardo Tavares, eu não disse que o projeto de mobilidade do concelho foi publicitário. O que eu disse, foi que existia... fico surpreendido quando o Senhor me diz que assinou o PEDU. Eu fico surpreendido, porque repare, se foi o Senhor que assinou o PEDU, não pode dizer numa reunião de Câmara que o PEDU era 8 000 000,00€, porque o PEDU era de 9 500 000,00€. O Senhor nem sabe o que assinou. O Senhor não tem presente um número tão importante como este? O Senhor sabe que nós nessas três dimensões, nessas três componentes, tínhamos efetivamente o programa de apoio às comunidades desfavorecidas, a reabilitação urbana e a mobilidade urbana e efetivamente cada uma dessas componentes, teve um apoio negociado no seio da AMP e tínhamos efetivamente 4 000 000,00€ para a mobilidade urbana, mas não tínhamos 4 000 000,00€ para ciclovias Senhor Vereador. Tínhamos 1,3 ou 1,4 milhões de euros, não sei rigorosamente o valor, mas era esse o valor que estava para ciclovias. E foi isso, exatamente isso que eu disse, e portanto, nós temos que saber ouvir, ouvir com calma, ouvir com clareza para depois não dizermos que foram ditas inverdades, em cima daquilo que acabou de ser dito. O que eu disse, foi que esse 1 300 000,00€ era publicitário na perspectiva em quem não existiu um único projeto Senhor Vereador. Não existia rigorosamente nada, pegou-se num valor, meteu-se um valor para lá de 1,3 milhões de euros, não havendo nenhum plano de mobilidade para o concelho, não havia rigorosamente nenhum plano definido, como ainda hoje não existe. Não temos esse plano de mobilidade urbana sustentável para o concelho, e portanto, nessa perspectiva, aquilo não foi mais do que a inscrição de um número. Aliás, como aconteceu com dezenas de projetos que estavam inscritos no âmbito de PEDU, dezenas de projetos que foram reformulados, felizmente, e concretizados em projetos que vão finalmente ver a luz do dia. E portanto, não há aqui ... o dever de verdade é nós termos rigor naquilo que dizemos, termos cuidado com aquilo que dizemos e sabermos sobretudo do que é que estamos a falar. É exatamente isto, o nosso PEDU não são 8 000 000,00€ como o Senhor disse, são 9 500 000,00€, a verba prevista para a mobilidade são 4 000 000,00€, não era isso que estava previsto para ciclovias. Em relação ao que eu insinuei, que não ia haver bicicletas elétricas: Eu não insinuei coisa nenhuma. Repare...”* **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Eu não disse...” **Senhor Presidente:** “Disse, disse. Usou a palavra insinuar.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:**

“Eu perguntei se é isso que pretende?” **Senhor Presidente:** “O Senhor disse: ‘... está a insinuar que não vai haver bicicletas elétricas ...’.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Perguntei...” **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador, mais uma vez aquilo que importa é, dada a orografia do nosso território, nós termos respostas com bicicletas convencionais e com bicicletas elétricas e com veículos municipais elétricos. Essa é uma preocupação de todos nós, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso.” É evidente que se tivéssemos um território como a cidade de Amesterdão, eventualmente pensaríamos apenas e só em bicicletas convencionais, não precisaríamos das bicicletas elétricas para nada porque as bicicletas convencionais, naturalmente são mais interessantes sobre o ponto de vista da atividade física. É evidente que nós, dadas as características da nossa cidade e do nosso concelho, as respostas ao nível da mobilidade elétrica têm que continuar a existir. Eu não disse que as bicicletas nunca foram utilizadas. Eu não disse isso. Eu disse é que o nível de utilização das bicicletas foi efetivamente muito baixo. Como sabe, as bicicletas não são para durar um ou dois anos. Eram para durar vários anos. Efetivamente tiveram um conjunto de problemas, avarias, e essas bicicletas, não só ao nível das bicicletas, mas também ao nível das estações, ficaram indisponíveis. Portanto, as bicicletas não tiveram, como é fácil perceber, o uso que era esperado. Foi isso que eu disse. Portanto, temos ali 80 000,00€ que ficaram muito aquém em termos de utilização do que aquilo que estava previsto. Como compreende, nós tínhamos definido até um período experimental gratuito e pouco depois desse período experimental gratuito as bicicletas ficaram indisponíveis porque a grande maioria delas e das estações estavam avariadas, não tinham baterias. Deixe-me dizer-lhe em relação à comparação dos apoios à Associação Comercial e aos apoios do atual executivo. Como sabe, eu fiz parte dos órgãos sociais da Associação Comercial durante vários anos e portanto, conheço perfeitamente os apoios que foram recebidos por parte da Câmara Municipal ao longo desses anos e tenho conhecimento, como é evidente, por maioria de razão agora, dos apoios que a Câmara vai disponibilizando e dos programas que em colaboração vamos procurar implementar. É isso que estamos a fazer. É isso que fizemos com os vouchers de compras anuais. Aliás, vamos fazer agora o sorteio da verba de 5 000,00€ que foi reforçada para 7 500,00€. E é isso que estamos a fazer com um conjunto de iniciativas que, em colaboração com a Associação Comercial, vimos implementando. Agora, também percebemos que a Associação Comercial tem alguma dificuldade ao nível dos recursos que tem disponíveis para concretizar determinado tipo de propostas, para concretizar determinado tipo de projetos, mas temos procurado com a Associação Comercial, e tivemos aqui uma mostra de gastronomia que aconteceu em 2019 – a primeira mostra que tivemos – que foi despoletada, que foi promovida, em parceria com a Associação Comercial e outras iniciativas vão seguramente surgir e portanto, nós temos esse quadro de cooperação permanente com a Associação Comercial bem presente, queremos aprofundar esse relacionamento. Se não essa a perspectiva da Associação Comercial, a Associação Comercial tem que naturalmente solicitar uma reunião com a Câmara Municipal e tem que naturalmente apresentar essas reivindicações, tem que apresentar essas reclamações para que nós possamos em conjunto analisá-las e ver até que ponto elas são realmente justas e se forem justas, procurarmos corrigir



*e procurarmos ajudar de outra maneira a Associação Comercial. Essa disponibilidade sempre existiu. Efetivamente, o programa, os apoios aos nossos comerciantes não se esgotam nos projetos de colaboração com a Associação Comercial. Isso enfim, faz-se das mais variadas formas, faz-se através de um conjunto de políticas públicas municipais de que por exemplo o recente regulamento aprovado de apoio ao empreendedorismo é um bom exemplo. Portanto, temos neste momento dois instrumentos disponíveis com cabimentação orçamental, meio milhão de euros que permitem que os nossos comerciantes, os nossos investidores, os nossos empresários, possam avançar com a sua ideia de negócio, com o seu projeto de investimento. E quando nós comparamos isso - eu tive oportunidade de dizer estes números na Assembleia Municipal -, de 2009 a 2016 nós, através do programa que esteve em vigor, o programa 'FINICIA', tivemos um apoio de pouco mais 30 000,00€, ou seja, 4 500,00€ por ano. Foi esse efetivamente o apoio que foi disponibilizado através desse programa de apoio a projetos de investimento também de natureza comercial. Hoje existe essa ferramenta, que é uma ferramenta importante que nós colocamos ao dispor de quem queira iniciar uma atividade económica no nosso concelho, pode ser uma atividade de natureza comercial. É evidente que outras iniciativas terão que ser adotadas, outras respostas terão que ser disponibilizadas, porque esse trabalho de apoio à economia, na qual se insere naturalmente os nossos comerciantes, é um trabalho inacabado. A própria redução do IMI é um contributo importante também para aqueles comerciantes que são proprietários dos seus estabelecimentos. Há outros que têm que se fazer nos mais variados domínios. Agora, deixar claro que em relação à importância da cooperação com as diferentes instituições do nosso concelho, na qual se insere a Associação Comercial, esse relacionamento vai muito para além do relacionamento institucional, procuramos que esse relacionamento seja até de natureza mais pessoal, onde nós possamos de forma completamente livre, de forma completamente disponível, discutirmos todos os assuntos com a profundidade e com a eloquência que for necessária. Sobre esse ponto de vista estou completamente disponível para com a Associação Comercial, ou qualquer outra instituição. Temos reunido várias vezes, temos procurado dizer sempre sim àquilo que nos é apresentado.... Naturalmente que há projetos que nós não validamos e não apoiamos, sejam eles de que natureza forem e naturalmente que a Associação Comercial nisso também não será diferente. Mas o quadro de cooperação, pelo menos é isso que sentimos, é um quadro de cooperação correto, é o quadro de cooperação adequado e é um quadro de cooperação que promove um franco relacionamento. É essa a nossa interpretação, é isso que nós sentimos, mas naturalmente vou ter a preocupação de procurar perceber junto da direção da Associação Comercial todas essas, digamos, reivindicações, todas essas reclamações que aqui foram elencadas.”* **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente, desculpe, deixe-me só fazer um comentário final a propósito da referência que o Senhor Presidente fez em relação à campanha eleitoral: Se nós estivéssemos em campanha eleitoral Senhor Presidente, ontem tínhamos chamado a comunicação social, teríamos feito depois da reunião um comunicado, teríamos veiculado as informações que obtivemos para o grande público. Tivemos uma reunião à porta fechada e trouxemos as questões, algumas das questões, não todas, à reunião de Câmara

que é o local próprio. Portanto, se acha que isto é campanha eleitoral Senhor Presidente, então prepare-se para a campanha eleitoral que aí virá, porque isso seria um desperdício de recursos, de meios e de esforço, estarmos a usar a reunião de Câmara para fazer qualquer tipo de campanha eleitoral quando sabemos que nem sequer as reuniões de Câmara têm audiência que o justifique, se fosse essa a nossa preocupação. Portanto, a nossa postura foi a mais correta possível. Ouvimos as pessoas em reunião privada e falamos aqui no local próprio, na reunião de Câmara, sobre esses problemas. Isto não é seguramente campanha eleitoral Senhor Presidente. A campanha eleitoral será no local próprio, no tempo próprio e seguramente não será aqui.” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora, acabou de fazer mais um exercício de campanha eleitoral, porque repare...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Está obcecado com a campanha Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “Eu não estou obcecado coisa nenhuma...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Está, está...” **Senhor Presidente:** “Eu não estou obcecado e estou preparado para gerir o município de Oliveira de Azeméis até ao fim do meu mandato, com a mesma disponibilidade e com a mesma responsabilidade com que me submeti a sufrágio nas últimas eleições. Isso é a única coisa que me preocupa. O que eu quis dizer, foi de forma muito simples e muito clara, não vou discutir aqui o vosso comportamento com a comunicação social, a forma como publicitam as coisas, não vou aqui discutir isso, porque isso não interessa aos Oliveirenses, muito sinceramente. Nem interessa para aquilo que são as respostas que todos temos obrigação de disponibilizar aos Oliveirenses...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Pois não... Não interessa...” **Senhor Presidente:** “... O que eu aqui procurei sublinhar e não fui eu que disse, ‘reuniões a fingir’, ‘insinuar’, ‘faltar à verdade’, ‘o dever de verdade’, ‘inverdade’ – isto foram tudo expressões que os Senhores utilizaram. Eu não utilizei, nunca, nenhuma expressão...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Foram factos, apenas...” **Senhor Presidente:** “Dá-me licença Senhora Vereadora? A Senhora diz que são factos e eu digo que aquilo que disse não corresponde à verdade. E então andamos aqui a trocar acusações de que ambos somos mentirosos. Muito sinceramente Senhora Vereadora, isso não ajuda nada a credibilizar a nossa atuação. Nada. Rigorosamente nada. Não se tiveram reuniões a fingir, não se fizeram insinuações, não se faltou à verdade, aquilo que se passou, foi aqui dito. Uma coisa é nós discutirmos os assuntos com toda a profundidade que eles exigem e merecem, outra coisa, é procurarmos estar a passar a mensagem para os Oliveirenses de que o Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, não dizem a verdade, que não reúnem com as instituições, que as instituições são maltratadas, são ostracizadas, que os apoios não chegam às pessoas, que nós não queremos que as medidas sejam consumidas... Isso é que é absolutamente errado, é mensagem que não deve ser transmitida porque essa mensagem não é útil para ninguém. Foi só apenas isso que eu aqui quis dizer. Foi sobretudo o tom e as expressões que são utilizadas que não são, na minha opinião, expressões adequadas para quem quer discutir os assuntos com toda a seriedade e com toda a responsabilidade como é nossa obrigação. Portanto, eu não finjo que tenho reuniões, eu não finjo que tenho trabalhos com as instituições, eu não finjo relacionamentos com instituições. Eu tenho uma conduta que procuro que seja digna e adequada à posição que ocupo.

*E essa conduta tem sempre uma premissa fundamental, que é respeito. É respeitar os Senhores Vereadores, é respeitar a Oposição, é respeitar as instituições com quem nós trabalhamos, os nossos parceiros e respeitar sobretudo os Oliveirenses. Ora, quando nós temos esta premissa não insinuamos, não fingimos, não faltamos à verdade. Foi apenas isso e só o que eu quis dizer e a perspectiva da campanha eleitoral, que estamos em campanha eleitoral, é porque efetivamente os Senhores disseram mais hoje que eu faltei à verdade do que se calhar nos últimos meses. Portanto, nessa perspectiva eu entendo que não é correto mantermos esse tipo de registo porque efetivamente a campanha eleitoral, como disse e bem, faz-se noutros fóruns, não se faz aqui. Aqui discutem-se problemas, discutem-se soluções para os problemas dos Oliveirenses. Portanto, é isso que eu espero que se faça daqui até à campanha eleitoral.”* **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Foi exatamente isso que fizemos Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “Se não o fizemos é tempo que...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Foi exatamente isso que sempre fizemos.” **Senhor Presidente:** “Pois, mas Senhora Vereadora repare, nós estamos aqui há uma série de tempo a discutir um conjunto de questões que são importantes, mas repare, o que eu espero é que os Senhores Vereadores se disponibilizem para que nós tenhamos no mercado provisório uma excelente solução para os nossos comerciantes e para os nossos consumidores. É isso que eu espero. Mas os Senhores têm que acreditar que nós estudamos várias possibilidades, que estudamos vários cenários e têm que acreditar que a solução que nós encontramos foi a solução que entendemos como sendo a melhor. Os Senhores dizem assim: ‘Mas essa solução não seria a nossa.’ Pois, têm toda a legitimidade para o fazer.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente: A solução é a melhor se vier de encontro aos operadores do mercado. Não é ao nosso encontro, Senhor Presidente...” **Senhor Presidente:** “Não é só aos operadores... São os próprios munícipes, os próprios consumidores... Os operadores só existem, porque existem consumidores. Percebe?” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Exato.” **Senhor Presidente:** “Portanto, nós temos que olhar pra um conjunto de questões, antes de tomarmos decisões. Essas questões foram todas devidamente ponderadas.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Parece que não...” **Senhor Presidente:** “Está a ver? Esse tipo de afirmações...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Foi o Senhor Presidente que disse.” **Senhor Presidente:** “Bem, estamos respondidos. Eu fiz um investimento muito forte de tempo para procurar explicar que devemos discutir estes assuntos com a elevação que é necessária. O Senhor remata da pior forma possível. Julgo que poderemos dar por encerrada esta conversa. Aquilo que eu espero, é que o mercado provisório seja uma solução que provisoriamente dê as melhores condições possíveis para os nossos consumidores e para os nossos comerciantes, para os nossos operadores. Vamos discutir com eles as questões da funcionalidade, da operacionalidade da solução. Foi a melhor solução que nós encontramos de várias que foram estudadas. Visitamos o Carpan, visitamos a Fémina, equacionamos a Praça Abílio Campos, chegamos a fazer um projeto para a Praça Abílio Campos, pedimos orçamentos para a Praça Abílio Campos, estudamos outras soluções, o parque subterrâneo da própria Câmara Municipal da Praça da Cidade, equacionamos a hipótese Garagem Justino. Foram equacionadas várias possibilidades. No balanço que fizemos, esta foi seguramente a melhor opção

*que encontramos por questões de centralidade, por questões de estacionamento, de acessibilidade, por questões de disponibilidade do espaço pelo período necessário, pelo acolhimento que tivemos por parte dos responsáveis do Intermarché, pelos inputs que fomos recebendo dos próprios serviços. Portanto, foram todas estas condições que foram analisadas. Os Senhores têm que acreditar nisto. Se não acreditarem não vão entender, nem vão encontrar nenhuma bondade na decisão que foi tomada. A preocupação agora é outra, é de que o mercado provisório tenha todas as condições para funcionar durante dois anos. Para que os consumidores tenham na mesma a possibilidade de aceder aos produtos que existem no mercado atual e para que os comerciantes possam ter sucesso neste novo mercado. Nós estamos empenhados em criar essas condições. Em relação ao futuro, pois facilmente se compreende que ainda nós, executivo camarário, vamos ter que discutir muito o futuro Mercado Municipal e vamos ter que discutir muito questões que naturalmente se vão colocar a um mercado novo, inovador, mais adequado aos hábitos atuais dos consumidores. Mas essa é uma discussão que teremos oportunidade de ter. Neste momento, a nossa preocupação é em criar uma boa resposta no mercado provisório e neste momento, aquele local foi a melhor solução que encontramos. Foi apenas e só isso que realmente aconteceu. Todas as outras questões que aqui foram colocadas, são questões muito importantes, mas neste momento temos que olhar com principal acuidade para aquilo que é o quadro comunitário de apoio 2030 e precisamente para um assunto que já aqui foi afluído pelo Senhor Vereador Ricardo Tavares: o PRR (Plano de Resiliência e Recuperação Económica). Temos que estar particularmente atentos a esses dois instrumentos de financiamento, a que junto um terceiro, que é o Quadro de Reprogramação Final do 2020 que também está em equação, está em discussão neste momento. Portanto, teremos aqui um conjunto de oportunidades para o nosso município que devem concentrar a nossa atuação, que devem concentrar as nossas energias no sentido de que possamos ter por um lado, projetos com mérito, e por outro, estejamos atentos com as oportunidades com que somos confrontados para não as perdermos. Portanto, essas são neste momento as grandes preocupações do executivo camarário, não desvalorizando naturalmente as vossas intervenções e muitas preocupações importantes, interessantes e legítimas que aqui foram apresentadas.”*

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, é só um minuto, se me permite. Relativamente ao mercado e para concluir, eu gostava de dizer o seguinte: Nós também queremos que a solução do mercado provisório seja a melhor solução para os Oliveirenses e para os operadores...”

**Senhor Presidente:** “Não tenho dúvidas, Senhor Vereador.”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “O que aqui está em causa é uma questão de postura. É que este executivo e o Senhor Presidente, tomou uma decisão antes de falar com os operadores do mercado e antes de auscultar a população e os utentes do mercado. E portanto, achamos que é mais difícil de impor ou fazer compreender essa decisão a todas essas pessoas. Se tivesse auscultado os operadores e os utentes do mercado, das várias alternativas possíveis, seria mais fácil obter esse feedback e compreensão das pessoas. É apenas isso.”

**Senhor Presidente:** “Senhor Vereador, o Senhor já está a antecipar que não existe a compreensão por parte das pessoas.”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Eu não estou a antecipar nada, só lhe estou a dizer o que distingue estes dois tipos de

postura, mais nada. O Senhor Presidente acha que deve tomar uma decisão e impor essa decisão. Eu acho que seria mais fácil que esse diálogo tivesse...” **Senhor Presidente:** “O Senhor não ouviu nada do que lhe dizem...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Pois é isso, eu se calhar é que sou surdo Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “O Senhor continua a utilizar expressões como impor... Continua a utilizar essas expressões que são, enfim, ... Eu não vou...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “O Senhor Presidente não é da área de Humanidades, se calhar não percebe bem o que eu quero dizer...” **Senhor Presidente:** “Está a ver? Continua com um tipo de desempenho que só fica...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, desculpe se o ofendi com este tipo de expressão.” **Senhor Presidente:** “Não é isso. Repare, nós temos que cada vez mais de procurar credibilizar os órgãos que representamos. Isso faz-se através de uma...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Sinceramente, eu não sei como é que hei-de falar consigo Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “Olhe, fale da mesma forma como eu falo consigo, talvez fosse uma forma mais útil para a discussão.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Vou aprender.” **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador, o Senhor está aqui a transformar o problema do mercado provisório em duas visões distintas: Uma delas, do Senhor que fazia um determinado processo de conduta e nós que ignoramos completamente as pessoas. Durante meses estivemos a trabalhar em vários cenários e fomos progressivamente eliminando cada um desses cenários. Se o Senhor conseguir elencar alternativas, se o Senhor conseguir com facilidade elencar soluções, bem, então estaremos disponíveis para ouvir essas soluções. O que é um facto, é que tivemos vários protagonistas a discutir possíveis soluções para o mercado provisório e efetivamente fomos eliminando todas as possibilidades com que fomos confrontados... Umas, porque curiosamente o edifício que visitamos, passado uma semana de o visitarmos foi vendido; uma porque tem problemas estruturais gravíssimos. Por isso não é possível em tempo útil resolver os problemas do edifício porque equacionamos essa possibilidade; porque o sítio onde funcionou no passado o mercado provisório, aquando das obras de requalificação do Mercado Municipal, tem este tipo de constrangimento que eu acabei de lhe referir; a particularidade de nós na Garagem Justino termos fortes probabilidades de termos o projeto de execução pronto a curtíssimo prazo e termos fundos comunitários no quadro de Reprogramação do Portugal 2020 que vão exigir candidaturas com maturidade, nomeadamente com projeto de execução feito e termos aqui oportunidade de financiar aquela obra. Bem, eu não vou estar aqui a discutir um conjunto de questões que foram equacionadas. Tem que acreditar que as pessoas fizeram o seu trabalho com toda a responsabilidade, com toda a profundidade, com toda a ponderação e seriedade. Portanto, esta é a solução disponível. Claro que sabemos o LIDL e o Continente, todos eles têm parques de estacionamento, não têm é parques de estacionamento disponíveis. Portanto, não vão disponibilizar à Câmara Municipal os seus parques de estacionamento ficando os seus clientes sem parque de estacionamento para acederem ao espaço comercial. Esta particularidade desta grande superfície ter um parque de estacionamento subterrâneo – que muita gente até desconhecia, convenhamos – completamente disponível e por utilizar há vários anos, foi uma oportunidade com que fomos confrontados e que nos pareceu ser uma excelente oportunidade.

*Depois também de equacionarmos o parque subterrâneo da Câmara, de termos feito um pequeno projeto para a sua viabilização, mas percebemos que seria muito complexo e porque o parque subterrâneo da Câmara Municipal não tem as mesmas condições que tem o parque subterrâneo do Intermarché. Vamos trabalhar com os nossos serviços, com os operadores do mercado a implantação da solução e eu estou certo que essa solução será do agrado dos comerciantes e dos consumidores. Portanto, esperemos que esta conversa que tivemos aqui, longa, tenha contribuído para o esclarecimento das pessoas, mas que não constitua nenhum problema nos dois anos que vamos ter, onde provisoriamente – é um facto o termo provisório significa que não temos todas as condições ideais -, mas vamos procurar ter as condições o mais ideais possível para que nem os comerciantes, nem os consumidores se sintam prejudicados. Porque vai longa esta discussão, vamos passar à nossa Ordem de Trabalhos, porque também temos pontos que importa discutirmos com alguma profundidade.”* =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: - Modificação Orçamental n.º 10/2021; - Documento I/23177/2021, Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 09-04-2021 a 22-04-2021. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 87 (reunião ordinária de 15 abril de 2021), a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **PESSOAL** =====

===== **AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP 1) RELATIVAMENTE AO ANO DE 2020 (I/23459/2021) – RATIFICAÇÃO:** – Retirado. =====

===== **AÇÃO SOCIAL** =====

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO A MELHORIAS HABITACIONAIS (I/22959/2021) – INÍCIO DE PROCEDIMENTO – APROVAÇÃO:** Retirado. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **RETIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS - (I/22250/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Na sequência da deliberação de

*Câmara Municipal de 10.12.2018 e da Assembleia Municipal de 15.12.2018, e visto concedido pelo Tribunal de Contas em 01.03.2019 (Proc. n.º 106/2019), foi em 08.03.2019, adquirido por escritura pública (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a Álvaro Barbosa Figueiredo e mulher Maria Manuela Valente da Silva o prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 5119º da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Palmaz, sito no lugar de Tabuaças, Lações de Baixo, Estrada Nacional n.º 1, à Rua Frei Caetano Brandão e Rua Joaquim da Silva Landeau em Oliveira de Azeméis, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis sob o n.º 2752/freguesia de Oliveira de Azeméis, com o CFD n.º 1906/2018, pelo preço de quatrocentos mil euros, liquidado em 7 de março de 2019, para armazenamento de máquinas, viaturas e materiais, abastecimento de combustível integrado na zona administrativa, logística e operacional, de conservação e manutenção, imóvel de que o Município era arrendatário, reconhecido o interesse público desta aquisição; - Que este prédio está atualmente registado a favor do Município sob o n.º 4286/20190311 da C.R.P.; - Efetuado levantamento topográfico dos Estaleiros Municipais, constatou-se que a área útil ocupada pelos mesmos é superior à área constante da escritura, mais concretamente de 4.105 m<sup>2</sup> (correspondendo à área vedada/murada), que se anexa; - Ora, era intenção dos vendedores vender e era intenção do Município, comprar, pelo preço de quatrocentos mil euros, já pagos, o denominado “Campo do Lameiro”, situado em Tabuaças, Lações de Baixo, Estrada Nacional número um, à Rua Frei Caetano Brandão e Rua Joaquim da Silva Landeau, Oliveira de Azeméis, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl, integrando a parte rústica (os artigos art.º 1073 e 1077) descrita sob o n.º 2752/freguesia Oliveira de Azeméis e a parte urbana (art.º 5119), sendo um único prédio, que foi objeto de venda, na sua totalidade; - Se mantêm os restantes termos e fundamentos da aquisição constantes da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de 10.12.2018 e sessão da Assembleia Municipal de 15.12.2018, sendo que: a) ao art.º 5119º, corresponde o valor de 302.336,25 €; b) ao art.º 1073, corresponde o valor de 66.263,00 €; c) ao art.º 1077, corresponde o valor de 31.400,75€ - nos termos da Informação da Comissão de Avaliação, que se anexa; - O Município possui atribuições no domínio do património e promoção do desenvolvimento (artigo 23º, nº 2 alíneas c) e m), do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro); - Os encargos resultantes das aquisições estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 1906/2018, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações, não ocorrendo alteração do valor do negócio; Propõe-se nos termos, com os fundamentos e ao abrigo das disposições legais citadas que: A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal delibere aprovar/autorizar a retificação da escritura pública outorgada em 08.03.2019, nos termos da minuta que se anexa (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), incluindo a aquisição dos prédios inscritos na matriz sob o art.º 1073 e 1077 rústicos, atrás identificados, aos citados proprietários, reconhecendo-se que os mesmos englobam e integram o denominado “Campo do Lameiro (atuais Estaleiros Municipais), objeto da citada venda, pelo*

valor total já pago de quatrocentos mil euros, distribuídos pelo conjunto predial constituído pelo art.º 5119, art.º 1073 e 1077, nos termos atrás referidos, respetivamente e demais procedimentos legais necessários.”. Pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** foi feita a seguinte intervenção: “Nós vamos votar favoravelmente. Eu só gostaria de dizer que não compreendo como é que um erro desta gravidade acontece. Não compreendo. É só um desabafo.” Para dar resposta à intervenção anterior pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Senhora Vereadora, da mesma forma que o proprietário cedeu um conjunto de terrenos para a abertura da estrada e esses terrenos nunca passaram para o domínio público. É da mesma forma que isso acontece. Eu também não compreendo Senhora Vereadora como é que estamos a resolver ainda os problemas da Quinta de Lações, com uma série de equipamentos lá instalados, com as áreas completamente desadequadas. São trabalhos que se estão a fazer agora, de procurarmos regularizar essas situações. Vamos fazê-lo também na zona desportiva, estamos a procurar fazê-lo num conjunto de sítios, porque a prática não era esta de escriturar as coisas a favor do município e portanto, isto gera depois confusões muito grandes.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DO CAMINHO APRESENTADO POR MÓNICA ISABEL GUIMARÃES CORREIA DE OLIVEIRA (I/22406/2021) – APROVAÇÃO:**

Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “A D. Mónica Isabel Guimarães Correia de Oliveira dirigiu à Camara Municipal um pedido de desclassificação do caminho 315, com os fundamentos constantes da informação que se anexa – doc.1, 1a),1b), 1c) e doc. 2 (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); Apos deslocação ao local, verifica-se que tal caminho atravessa o terreno da Requerente terminando na casa do Sr. António Valente Gomes – doc.1b); Encontra-se em terra batida, não tendo sequer piso regular, não reunindo por isso condições para ser utilizado para acesso por carro- doc.1c); Pela forma como se apresenta nunca teve qualquer intervenção pública; Tem dois postes de eletricidade, um com luminária; O acesso principal à propriedade do Sr. António Valente Gomes faz-se pelo Caminho do Fundo do Lugar que se encontra devidamente alcatroado e infraestruturado; Nesta entrada o Sr. António colocou o número de polícia e a caixa de correio. Termos em que deve deliberar a camara municipal se propõe à Assembleia Municipal a desclassificação deste caminho como público.” Pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vereadora Ana de Jesus foram dadas algumas informações sobre a proposta em análise, tendo a mesma sido objeto das seguintes intervenções: **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente: Nós, este ponto e o seguinte, vamos votar contra, porque efetivamente foi criado um grupo de trabalho e este grupo de trabalho é que foi incumbido por todos para se pronunciar. Em outras circunstâncias idênticas nós recebemos aqui os pedidos já com o parecer, ainda numa reunião recente fizemos isso e nesta não vem pronúncia nenhuma do grupo de trabalho. Só com essa pronúncia é que eventualmente nós poderíamos aferir melhor o que se passa aqui, mas dada a sensibilidade da questão e na ausência dessa pronúncia, neste momento, votaremos contra.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:**



“Mas Dra. Carla, essa comissão atua no âmbito da Assembleia Municipal e não numa decisão prévia. Da outra vez veio cá porque esse assunto já tinha sido remetido para a Assembleia Municipal.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Esse grupo já analisou pedidos, situações, que ainda nem sequer vieram a reunião de Câmara e portanto ...” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Não, não.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “... Portanto, nós não temos informação... então a metodologia para ficar claro é essa? Os pedidos vêm a reunião de Câmara e só depois é que o grupo de trabalho vai atuar? É essa a metodologia?” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Antes de ser agendado para Assembleia Municipal, que é o órgão que depois classifica definitivamente.” **Senhor Presidente:** “E essa comissão foi nomeada no âmbito da Assembleia Municipal.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Isso é claro, nós sabemos.” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora, o que nós estamos a fazer, é aprovar remeter para decisão da Assembleia Municipal.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Nós sabemos isso. Efetivamente estes pontos não são absolutamente claros, até porque vemos toda a documentação e no ponto cinco, por exemplo, a declaração que está lá escrita não é absolutamente clara. Alguma razão terá havido para a sua classificação. Já manifestamos a nossa posição de reservas em relação a estas alterações, a estas mexidas e portanto, neste momento não temos condições para achar que isto efetivamente possa ser aprovado. Obviamente depois a Assembleia Municipal pronunciar-se-á e é soberana neste espeto, não somos nós.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Senhor Presidente, a partir do momento em que entra na Câmara Municipal um pedido deste tipo, este pedido tem que ter um seguimento.” **Senhor Presidente:** “Claro que sim, mas o seguimento é a Câmara Municipal decidir aprovar o envio à Assembleia Municipal que é o órgão competente.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Quando se trata de classificar algo novo, eu acho que a Câmara tem que fazer uma reflexão prévia e entender se faz sentido ou não. Agora, a desclassificação que foi classificada pela Assembleia Municipal, eu tenho que obrigatoriamente remeter isto para a Assembleia Municipal. Eu não posso dizer ao munícipe que eu, Câmara Municipal, que não tenho competência para desclassificar, lhe digo que não. O que é que eu respondo a esta senhora?” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Pois... Senhor Presidente: Este assunto já foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Não, não.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “O quê?” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Este assunto de classificação do caminho já foi aprovado pela Assembleia Municipal.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Com certeza que sim.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Portanto, a primeira resposta a dar seria que este assunto já foi apreciado pela Assembleia Municipal.” **Senhor Presidente:** “Ricardo, desculpe lá, os caminhos públicos já foram aprovados pela Assembleia Municipal como é evidente. É o órgão competente. Agora, quando vêm propostas de classificação, ou de desclassificação...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Esta é de desclassificação...” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Mas Ricardo, a pessoa vem aqui trazer novos elementos, que se calhar nem sequer foram considerados, porque já estivemos a ver consultar esse movimento de classificação e não encontramos nada que sustente. Portanto, não é legítimo que uma pessoa peça e diga assim ...” **Senhor Presidente:** “Pode haver classificações

*erradas A figura da desclassificação existe precisamente porque por vezes temos classificações que são erradas. Caminhos que foram classificados como públicos e realmente não têm condições para o ser e caminhos que não foram classificados como públicos e que deviam ter sido classificados. Por isso, é que existem estas situações. Agora, estamos perante pedidos de munícipes, a nossa obrigação é enviar para o órgão competente para ele decidir ou não, atender o pedido dos munícipes.”*

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Eu só proponho é que sejam ouvidas as mesmas pessoas que na altura fundamentaram a proposta no sentido da aprovação deste caminho como caminho público. Ou seja, que não seja feita uma análise ex novo sem se ouvir o que esteve por trás da classificação deste caminho e de qualquer um, por caminho público.”

**Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Se eu tivesse encontrado essa fundamentação ...”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Porque senão, daqui a dez anos vem a mesma pessoa apresentar a mesma proposta de classificação de caminho público, vem a Assembleia Municipal daqui a dez anos, tomar uma decisão nova sobre isto e nunca se ouve o que é que esteve na génese da classificação, ou desclassificação. É só isso que proponho.”

**Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Quem classificou foi a mesma Assembleia Municipal...”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Pelos vistos não é a mesma.”

**Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “... Com outras pessoas. Estou a dizer que o órgão foi o mesmo. Eu não encontrei fundamentação para a classificação. Eu não vou dizer que a Assembleia vai desclassificar, o que eu vou dizer é que provavelmente este assunto como já outro foi decidido, terminará ali na ‘casa do lado’.”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Exato, mas aí é o ideal.”

**Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Se a Câmara quiser assumir que não quer sequer remeter para a Assembleia Municipal isso, assume. Eu comunico isso à senhora. Eu como Vereadora é que não ia rasgar este requerimento e não lhe dizer absolutamente nada.”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Claro que não.”

**Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Portanto, estamos aqui a discuti-lo. Por isso é que a proposta é remeter ou não. Eu não estou a influenciar no sentido de classificar ou desclassificar, porque essa não é a nossa missão, embora é como eu digo, quando é para classificar – que é o caso seguinte – eu acho que aí, a Câmara já tem que fazer uma análise mais cuidada, porque quando estamos a classificar, nós estamos a assumir o compromisso de cuidar, de infraestruturar, de limpar ...”

**Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Muito bem, por isso é que é importante ouvir as pessoas que classificaram.”

**Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Pronto. Eu estou a dizer que quanto à classificação, a Câmara... já não é só uma decisão de remeter. É a própria Câmara entender se isso faz parte do seu planeamento, ter mais esta rua nova e pública. Desclassificar: Se vocês entenderem votar contra, e votarmos todos contra, eu comunico à senhora isso. Primeiro, eu não podia rasgar este requerimento e não dar resposta à senhora. Acho que é aqui que temos que discutir isto. E também acho que como a competência foi da Assembleia, não me choca nada remeter de novo para o órgão, ou simplesmente dizer não há aqui nada de novo, mantemos a classificação. Isso, para mim...”

**Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhora Vereadora, a questão é mesmo essa que disse, provavelmente esta situação, como outras que já discutimos, vão precisamente acabar no tribunal. E a Câmara Municipal ao fazer este tipo de decisão está a

avaliar uma situação sem ouvir todas as partes, sem perceber exatamente o que esteve na base. Nós não ouvimos e por isso é que não sabemos o que é que o senhor da casa tem a dizer sobre aquele documento que foi apresentado. E portanto, nós não podemos fazer aqui um julgamento. Eu não estou aqui a dizer que a D. Mónica Isabel Guimarães Correia tem ou não razão, porque não temos os elementos para avaliar isso. Provavelmente isto vai acabar mesmo no tribunal. Nós aqui não temos elementos, nem ouvimos as partes, nem podemos fazer um julgamento. Há uma decisão que foi tomada pela Câmara Municipal que nós temos que assumir. Provavelmente, até poderá ter havido aqui algum erro, mas lá está, como diz o Vereador Ricardo Tavares, sem ouvirmos o que é que esteve na base, faltam-nos aqui elementos essenciais para estarmos a ajuizar. Estamos quase a fazer um julgamento e um julgamento sem provas.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Desculpe, eu aí já não subscrevo, porque é assim: classificar ou não classificar um caminho como público, não vai depender de ouvir um único senhor que tem uma casa e que se pode servir por esse caminho.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Desclassificar, nós estamos a falar deste.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Seja, desclassificar... Considerar ou não um caminho público, até tem muito mais a ver com uma mera decisão da Câmara Municipal. Tem a ver se o caminho reúne ou não condições para ser público.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Isso é outra coisa.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Os elementos que eu vos dou é: se teve ou não intervenção pública, neste momento qual é o estado do caminho, quem se serve pelo caminho. É só isso que eu tenho que fazer. Eu não tenho que ouvir o único senhor que eventualmente usou o caminho, porque recentemente não usa. Se vocês forem lá ver, veem que o caminho não é usado.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Lá está, mas nós não sabemos se o caminho é usado ou não, não sabemos. Não foi feita essa análise.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Dra. Carla isso não transforma um caminho em caminho público, se for usado por uma pessoa.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Mas ele já é público, a questão é essa. Ele é público. Nós vamos tomar uma decisão que pode eventualmente reverter essa situação. E não estamos munidos dos elementos necessários. Eu sei que é para enviar à Assembleia Municipal, mas nós temos uma posição sobre isto. Ou não?” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Claro.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “E a minha posição é esta, não temos elementos para ajuizar, porque na verdade, isto que estamos aqui a fazer é um julgamento. Um julgamento das condições, das circunstâncias. Nós estamos habituados a ver isto é no local próprio. Ser julgado por um juiz e não por nós.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Meus caros, eu não tenho competência para decidir isto sozinha. Se vocês não entenderem remeter para a Assembleia, não se entende remeter para a Assembleia Municipal. Tão simples quanto isto. Eu vou votar favoravelmente.” **Senhor Presidente:** “É apenas e só disso que se trata. Nós temos requerimentos que são apresentados pelos munícipes, claro que não somos nenhum tribunal. Aliás o que o tribunal decidir nós temos que acatar e portanto, independentemente da decisão que a Câmara ou a Assembleia Municipal tome, se depois isto for para a via judicial, a decisão judicial é que vai obrigar à adoção daquilo que for determinado pela sentença. Mas o que é um facto, é que temos aqui um pedido formulado por um munícipe ao qual temos que dar resposta, o que é

*habitual nestas circunstâncias é que a Câmara aprova enviar ou não para a Assembleia Municipal os pedidos que nos são remetidos. É apenas e só disso que estamos a falar. A classificação dos caminhos públicos está tipificada na lei e tem um conjunto de regras a que tem que obedecer para classificar um caminho como caminho público. Quem o fez no passado, as comissões que fizeram parte da classificação dos caminhos, tiveram que verificar essas condições. Há erros que são cometidos. Aquilo que estamos aqui a fazer, é enviar para a Assembleia Municipal, para que a Assembleia Municipal, através da sua comissão, verificar se foi ou não cometido um erro. A Assembleia Municipal pode decidir manter o caminho como sendo caminho público. Portanto, é essa a comunicação que é dada à munícipe, pode entender desclassificar o caminho e será essa a comunicação que será dada à munícipe e depois a munícipe entende o que fazer. O que é um facto é que existe uma informação que vos foi disponibilizada, julgo eu, pelo menos tenho-a, que a Senhora Vereadora foi ao local, verificou que o caminho tem o piso em terra, tem a rede elétrica com dois postos, etc. Portanto, essa informação é a que está na base da sugestão de enviarmos para a Assembleia Municipal esta proposta. Porquê? Porque realmente o caminho aparenta não ter utilização, nem conservação pública, mas se a Assembleia Municipal entender que foi bem classificado, é soberana e decide nesse sentido. Vamos então votar.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com os votos contra dos/a Senhores/a Vereadores/a do PSD. Remeter à Assembleia Municipal. =====*

**===== PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO APRESENTADO POR JOÃO ANTÓNIO BASTOS DA COSTA E OUTROS (I/22389/2021) – APROVAÇÃO:**

*Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Foi dirigido à Junta de Freguesia um pedido para “abertura de caminho público para fins agrícolas ao longo do terreno dos Requerentes – doc 1a), 1b) e 1c); A Junta de Freguesia considerando-se incompetente para analisar tal pedido, remeteu para a camara municipal; Apos deslocação ao local, verifica-se que tal caminho encontra-se no seguimento do caminho público 335, este com asfalto e iluminação – doc.2. O caminho é pelas características que apresenta um caminho de terra batida, sem qualquer infraestrutura e por consequência sem intervenção pública – doc.3; Serve de acesso a um conjunto de propriedades de índole agrícola – doc.3; Tais terrenos e por consequência o caminho insere-se em solo classificado como “espaços verdes e domínio hídrico associada” – doc.2. Termos em que deve deliberar a câmara municipal se propõe à Assembleia Municipal a classificação deste caminho como publico.” Pelo Senhor Presidente foram dadas algumas informações sobre a proposta em análise, tendo a mesma sido objeto das seguintes intervenções: **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Nós também votaremos contra este pedido Senhor Presidente.” **Senhora Vereadora Ana de Jesus:** “Eu desta vez voto contra, porque acho que, primeiro, pela localização onde ele está que é essencialmente uma zona verde, não beneficia em nada começar a receber betão e afins; segundo, as pessoas não estão impedidas de chegar aos seus terrenos, têm este caminho que provavelmente será um caminho de servidão onde as pessoas acedem através dele aos seus terrenos. Não vejo qualquer interesse público nesta classificação.*

*Portanto, eu voto contra esta proposta.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade indeferir o pedido a que se refere a proposta apresentada. =====*

**===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO =====**

**===== TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS – APLICAÇÃO DA LEI Nº 20/2021, DE 16 DE ABRIL (I/23500/2021) – APROVAÇÃO:** *Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que com a publicação da Lei 20/2021, de 16 de abril que procede à alteração, por apreciação parlamentar, ao DL nº 92/2020, de 23 de outubro, o qual altera o regime geral da gestão de resíduos, aprovado pelo DL nº 178/2006, de 5 de setembro, se determina a aplicação de uma moratória até 30 de junho de 2021 ao disposto no n.º 3 artigo 58º do DL 92/2020, sendo que, até essa data, a TGR assume o valor de 11€/t de resíduos e não o valor de 22€/t; 2. Que com a deliberação dos tarifários de resíduos urbanos a aplicar em 2021, tomada em reunião do órgão executivo de 17/12/2020 (I/128913/2020) - documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas-, se determinou a atualização para 2021 da TGR, nos termos do 4º considerando da deliberação e para cumprimento do DL 92/2020, de 23 de outubro; 3. Que desde janeiro de 2021 se procede à cobrança da TGR no valor de 0,1213€/m<sup>3</sup> de água consumida; Propõe-se: 1. Que seja notificada a concessionária Indáqua Oliveira de Azeméis, para cumprimento da Lei 20/2021, de 16 de abril de 2021. 2. Que aos clientes faturados pelo município seja aplicada a suspensão da cobrança da TGR nos próximos 6 meses de faturação (abril a setembro) correspondentes ao período da moratória prevista na Lei 20/2021 de 16 de abril, dado que o valor cobrado aos clientes é fixo em função do consumo médio por tipologia, por não existir registo de consumo de água para estes clientes. Posteriormente a este período se retome a cobrança da TGR pelo valor de 0,1213€/m<sup>3</sup> de água correspondente ao consumo médio da tipologia.” Pelo Senhor Presidente foram dadas algumas explicações sobre a proposta em análise, a qual foi objeto de intervenção pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**: “Não foi exatamente assim como o Senhor Presidente referiu. O Governo emitiu de facto esta orientação, esta Lei, que depois sofreu uma apreciação parlamentar, apreciação essa que foi precisamente no dia em que nós discutimos e votamos isto em reunião de Câmara. Eu fiz referência a isso e, fruto dessa apreciação parlamentar com a intervenção da Assembleia da República, foi introduzida aqui uma moratória. A intenção era outra. Era que houvesse um aumento progressivo, por ano, e não este aumento brutal. O que se conseguiu foi apenas esta moratória de seis meses e portanto, não era o que nós pretendíamos, nem o que o Grupo Parlamentar do PSD que propôs a apreciação parlamentar, pretendia. Mas foi uma moratória. O que estamos aqui a fazer é apenas a repor aquilo que ilegalmente foi cobrado aos munícipes. Mas em relação a esta moratória, só aliviou durante seis meses. Em relação ao objeto desta Lei, nós mantemos a nossa posição de que de facto é de uma insensibilidade social total, sobretudo no período em que nós vivemos e demonstra que o Governo quis apenas e só, penalizar os municípios e as famílias com este aumento, canalizando para os municípios e para as famílias, o ónus daquilo*

que o Governo efetivamente deveria ter feito e não fez, dada a sua incapacidade para desenvolver uma estratégia de combate aos resíduos e às dificuldades de efetivamente conseguir combater este problema. Isto é apenas devolver aquilo que foi retirado, que poderia, se nós eventualmente tivéssemos aguardado esta..., mas de facto só foi publicada em abril, pudéssemos beneficiar desta moratória. E nós votamos a favor, obviamente, porque é da mais elementar justiça e aliás, pretendíamos que isto fosse um aumento faseado no tempo e não desta forma. O que é certo, é que os Oliveirenses quando chegarem a setembro – talvez – com esta moratória, depois vão sentir novamente os aumentos que vão sobrecarregar as faturas. Portanto, é apenas um alívio momentâneo.” **Senhor Presidente:** “Senhora Vereadora, eu sinceramente vou ter que me defender que eu não percebi. Começou por fazer uma intervenção completamente correta e rigorosa e acabou ... começou a intervenção dizendo que não foi bem assim como eu disse...” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Porque foi a apreciação parlamentar que deu origem a esta...” **Senhor Presidente:** “Eu não vou falar aqui sobre a apreciação parlamentar e as posições dos diferentes partidos.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente, foi só por uma questão de correção. A verdade é esta.” **Senhor Presidente:** “Mas transmite a quem nos está a ouvir que eu não fui rigoroso na informação que transmiti. Nós tivemos um Decreto-Lei 92/2020, de 23 de outubro que determinou a duplicação do valor da TGR de 11,00 € para 22,00 € a tonelada, em 16 de abril deste ano, já com os tarifários em vigor, através de uma Lei 20/2021. Uma lei que veio do parlamento, nós tivemos uma moratória de seis meses. Foi alvo dessa apreciação parlamentar, de uma discussão profunda. A mim o que me interessa são os factos, e os factos foram estes. Infelizmente foi cobrada a TGR a 22,00€ a tonelada e agora vamos ter que nos próximos seis meses, não cobrar essa TGR a 22,00€ por tonelada. Esses é que são os factos. Depois tudo aquilo que disse é verdade, é rigoroso, não merece nenhuma apreciação. Pronto, já percebemos qual é a posição, não temos nada a fazer, temos que votar obrigatoriamente não vamos contrariar uma lei do Estado.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES** =====

===== **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/22872/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “- A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art.º 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das

entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem anexa, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS APRESENTADO PELO CENTRO SOCIAL E INFANTIL DE CESAR (I/21227/2021) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Á Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas. - Requerente: Centro Social e Infantil de Cesar. - PI n.º 633/2018 A requerente solicitou alterações ao projeto aprovado, com vista a poder legalizar e ampliar as suas instalações. Deferida a pretensão foram calculadas as taxas resultando um valor de 1169,69 euros. A requerente veio solicitar isenção ao abrigo do art.º 6.º do RMUE. Para cumprimento do art.º 7.º juntou os elementos necessários (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas). Estabelece o art.º 6.º, n.º2 que a câmara pode dispensar do pagamento das taxas as entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais recreativas ou outros que na área de Município, prossigam fins de relevante interesse público. A requerente é uma IPSS que desenvolve uma atividade de grande interesse público na área do domicílio, centro de dia. Termo em que o pedido apresentado pela requerente deve ser decidido na próxima reunião de câmara.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO CINE TEATRO CARACAS”– PROCº Nº 17/2019/DEC – AUTO Nº 11 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/21832/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento I/19857/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº11 – TC11, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 235 948,86 euros, ao qual acresce o IVA, da empreitada " Reabilitação do Cine-Teatro Caracas" - Processo nº 017/2019/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1673/2019.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade

aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA ESCOLA EBS DR. FERREIRA DA SILVA, CUCUJÃES – FASE 1” – AUTO DE MEDICÇÃO Nº 16 DE TRABALHOS CONTRATUAIS – PROCº Nº 028/2017/DEC (I/22422/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/22409/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 016, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 73 308,07 € acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva, Cucujães – Fase 1”. Processo nº 028/2017/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CDF) nº 865/2018.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA “REABILITAÇÃO DA EBS DE FAJÕES - BLOCO C” - PROCESSO N.º 030/2017/DEC - PROCº 030/2017/DEC - AUTO Nº 5 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/22541/2021):** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento I/21013/2021 (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº5 – TC5, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 128 065,84 euros, ao qual acresce o IVA, da Empreitada “Reabilitação da EBS de Fajões - Bloco C” - Processo N.º 030/2017/DEC. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº824/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO MOSTEIRO – CUCUJÃES E PROLONGAMENTO DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RESIDUAIS E REPAVIMENTAÇÃO DA ANTIGA ENI E OUTRAS” - PROCESSO N.º 024/2020/DEC – LOTE 1 - PAVIAZEMÉIS - PAVIMENTAÇÕES DE AZEMÉIS, LDA. - AUTO Nº 2 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/23461/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência ° I/21809/2021 e respetivos anexos (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição nº 2, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 32.546,57 €, ao qual acresce o IVA, da empreitada "Requalificação da Rua do Mosteiro – Cucujães e Prolongamento das Redes de Drenagem de Águas Pluviais e Residuais e Repavimentação da Antiga ENI e Outras” – Lote 1. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 3347/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por



unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREGADA: "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO MOSTEIRO – CUCUJÃES E PROLONGAMENTO DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RESIDUAIS E REPAVIMENTAÇÃO DA ANTIGA ENI E OUTRAS" - PROCESSO N.º 024/2020/DEC - LOTE 2 - MANUEL FRANCISCO DE ALMEIDA, S.A. - AUTO N.º 2 DE TRABALHOS CONTRATUAIS (I/23454/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência ° I/21811/2021 e respetivos anexos (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), proponho a aprovação do Auto de Medição n.º 2, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de 57.359,79 €, ao qual acresce o IVA, da empreitada "Requalificação da Rua do Mosteiro – Cucujães e Prolongamento das Redes de Drenagem de Águas Pluviais e Residuais e Repavimentação da Antiga ENI e Outras” – Lote 2. Com o compromisso de fundo disponível (CFD) n.º 3345/2020.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **OUTROS** =====

===== **LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO ESTACIONAMENTO DE SUPERFÍCIE (I/23579/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a estratégia nacional de levantamento gradual das medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia Covid-19 estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2020, de 13 de março; - a evolução da situação epidemiológica do território nacional, e em particular no concelho de Oliveira de Azeméis; - o processo de desconfinamento gradual e o regresso faseado da atividade económica local, com a reabertura dos serviços e equipamentos; - a ratificação em reunião de executivo municipal de 04.02.2021 do despacho do Presidente da Câmara Municipal datado de 01.02.2021 que suspendia o pagamento na Zona de Estacionamento Duração Limitada e Onerosa até ao término do dever geral de recolhimento domiciliário (documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - que a última fase do plano nacional de desconfinamento está prevista para o dia 3 de maio; Proponho: - a revogação do despacho acima indicado, com efeitos ao 7.º dia posterior à entrada de vigor da última fase do plano de desconfinamento, por forma a assegurar a devida publicidade da medida.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=== **REUNIÃO PÚBLICA MENSAL - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ===

===== Não se registaram pedidos de intervenção. =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11 horas e 55 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu,  
, na qualidade de secretária a redigi. =====